

**Relatório de Gestão do Exercício de 2013**

**Brasília/2013**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da DN TCU nº 132/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e da Portaria CGU nº 133/2013.

Diretoria Geral  
CAIXA Participações

Brasília/2013

Introdução.....	5
<b>1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA CAIXAPAR.....</b>	<b>6</b>
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	6
1.2 Finalidade e Competência Institucional.....	6
1.3 Organograma Funcional.....	7
1.4 Macroprocessos Finalísticos da CAIXAPAR.....	8
1.5 Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade.....	8
1.6 Principais Parceiros.....	10
<b>2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....</b>	<b>10</b>
2.1 Informações Sobre o Planejamento Estratégico da Unidade.....	10
2.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão.....	11
<b>3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>15</b>
3.1 Estruturas de Governança.....	15
3.2 Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ.....	16
3.3 Remuneração Paga a Administradores.....	18
3.4 Sistema de Correição.....	22
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	22
<b>4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>22</b>
<b>5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>24</b>
5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	24
5.4 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	28
<b>6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>28</b>
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	28
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	28
<b>7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>28</b>
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	28

<b>8</b>	<b>GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>29</b>
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	29
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	29
<b>9</b>	<b>CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....</b>	<b>29</b>
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU .....	29
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	29
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	29
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	29
<b>10</b>	<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....</b>	<b>30</b>
<b>11</b>	<b>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>30</b>
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas Pela Lei Nº 6.404/1976 .....	30
11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais .....	30
11.6	Relatório de Auditoria Independente.....	33

## **Introdução**

Informamos que os seguintes itens não foram contemplados nesse relatório por não se aplicarem à CAIXA Participações:

- 1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado
- 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado
- 1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
- 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
- 4.1 Execução das despesas
- 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ
- 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada
- 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
- 5.1.5 Cadastramento no Sisac
- 5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
- 5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
- 5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada
- 5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
- 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial
- 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional
- 6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ
- 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros
- 7.1.1 Análise Crítica
- 9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
- 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- 9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/9
- 9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações
- 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
- 9.6 Alimentação SIASG E SICONV
- 11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
- 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
- 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
- 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

## 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA CAIXAPAR

### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

A Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR é identificada e definida pelo Anexo I da DN TCU nº 127/2013 por classificação do Art. 5º da IN TCU nº 63/2010 como Unidade Jurisdicional Individual, tendo como data limite para envio deste Relatório de Gestão Individual o dia 30/05/2014.

#### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

##### Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Caixa Econômica Federal			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Caixa Participações S.A			
Denominação Abreviada: CAIXAPAR			
Código SIORG:		Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: não se aplica
Natureza Jurídica: Empresa Privada (subsidiária integral da CEF)		CNPJ: 10.744.073/0001-41	
Principal Atividade: Holding de Instituição Financeira			Código CNAE: 6461-1
Telefones/Fax de contato:	(061) 3206-3102	(061) 3206-4104	(061) 3206-3091
Endereço Eletrônico: diger@caixa.gov.br			
Página na Internet: <a href="http://www.caixa.gov.br">http://www.caixa.gov.br</a>			
Endereço Postal: SAUS Qd. 05, It 09/10, Ed. Multi Brasil, Térreo, CEP 70.070-050 Brasília DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Medida Provisória nº 443, de 21/10/2008, convertida na lei nº 11.908 de 03/03/2009			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução do Conselho Diretor da Caixa Econômica Federal nº 3415/08, de 28/10/2008, Estatuto Social da CAIXAPAR S.A registrado por meio de Escritura Pública de Constituição em 31 de março de 2009 no Cartório do 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília – Distrito Federal (Protocolo nº 066949, Livro nº 2330, Folha 044) e na Junta Comercial do Distrito Federal sobre nº 53300010277, em 06/04/2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
XP001000, XP 101004, XP102001, XP103004, XP104001, XP105001, XP106005, XP107001, XP108001, XP109000, XP110000, XP111000 e XP200001			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica			

### 1.2 Finalidade e Competência Institucional

A CAIXAPAR foi instituída a partir de Ato de Criação por meio da Resolução do Conselho Diretor da Caixa Econômica Federal de número 3415/08, de 28 de outubro de 2008, e constituída por meio de Escritura Pública de Constituição lavrada no 2º

Cartório de Ofício de Notas e Protestos de Brasília, sob protocolo nº 066949, livro 2330, folha 044, em 31 de março de 2009, e na Junta Comercial do Distrito Federal sobre nº 53300010277, em 06/04/2009.

Estes atos infralegais tiveram base legal decorrente da edição da Medida Provisória 0443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 03 de março de 2009, com o objetivo de ampliar a participação da Caixa Econômica Federal na intermediação de recursos e negócios financeiros, por meio da aquisição de participações acionárias em empresas sediadas no Brasil.

A CAIXAPAR é o braço estratégico da CAIXA nos negócios relativos a participações societárias de longo prazo, onde suas principais atividades dizem respeito à prospecção e aquisição de novos negócios ligados principalmente a atividades complementares e similares aos negócios de sua Controladora e à gestão das participações societárias de sua carteira.

A carteira de participações da CAIXAPAR é composta das seguintes empresas:

- Banco Panamericano S.A.;
- BRANES - Negócios e Serviços S.A. (M.G.H.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A.);
- CAIXA Seguros Holding S.A.;
- Capgemini Brasil S.A.;
- CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização S.A.;
- CIELO S.A.;
- Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.;
- CSP Participações Ltda.;
- Elo Serviços S.A.;
- Habitar Negócios e Serviços S.A. (M.R.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A.); e
- Tecnologia Bancária S.A. – Tecban.

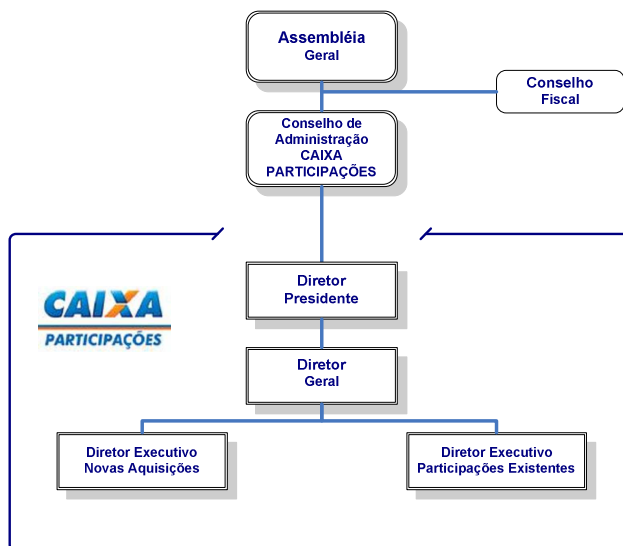
A estratégia de aquisições da CAIXAPAR tem por foco expandir e reforçar a atuação da CAIXA, sob a ótica de complementaridade e similaridade de negócios.

O crescimento via complementaridade consiste em explorar novos nichos de mercado, ligados a segmentos onde a CAIXA já atua. O crescimento por similaridade, por sua vez, busca reforçar a presença da CAIXA em nichos já explorados, visando defender e ampliar sua participação.

Com efeito, as participações societárias da CAIXAPAR representam importantes instrumentos de eficiência e agilidade para sua Controladora. Dentro dos segmentos de atuação de cada participada há sempre novos projetos de atuação das empresas na busca de atender e dar respostas às novas demandas do mercado, que resultam na necessidade de atenção e vigília na execução da governança no fórum de discussão de cada conselho, com vistas a garantir a prevalência das posições estratégicas da Controladora, preservando sempre o desempenho dos resultados das empresas.

### **1.3 Organograma Funcional**

A estrutura organizacional na CAIXAPAR deve ser entendida como ferramenta utilizada para permitir a execução de sua estratégia de maneira eficiente, e se apresenta conforme quadro II.



#### 1.4 Macroprocessos Finalísticos da CAIXAPAR

- Ampliar e diversificar as participações acionárias em segmentos estratégicos para a CAIXA;
- Reforçar a capacidade de atuação da CAIXA, na execução de suas atividades e objetivos;
- Adotar as melhores práticas de governança corporativa e realizar negócios em conformidade com a legislação em vigor, aplicáveis igualmente à gestão e controle de sua carteira de participações.

#### 1.5 Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade

Os principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidade da unidade estão distribuídos entre as três diretorias conforme a seguir:

##### Diretoria Geral – DIGER

- Coordenar e supervisionar as atividades e os trabalhos das Diretorias da CAIXAPAR, e dar suporte às reuniões do Conselho Diretor;
- Fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração e da Diretoria da CAIXAPAR;
- Representar a CAIXAPAR, ativa ou passivamente, em juízo e fora dele;
- Elaborar a proposta de Plano Estratégico e as políticas da CAIXAPAR;
- Elaborar o planejamento e execução dos eventos corporativos de obrigação legal da CAIXAPAR;
- Coordenar e supervisionar as atividades sociais e a gestão direta dos negócios e operações da CAIXAPAR;
- Representar a CAIXAPAR junto aos órgãos externos em defesa dos interesses da CAIXA relacionados às Participações;



- Representar institucional e operacionalmente a CAIXAPAR junto às áreas e unidades da Controladora;
- Gerir e dar suporte às demandas oriundas da Auditoria Interna e Externa sobre assuntos da CAIXAPAR;
- Gerir e dar suporte às demandas da Área Contábil e de Riscos da Controladora, e validar os Demonstrativos Financeiros da CAIXAPAR;
- Fornecer apoio técnico e logístico aos Dirigentes e Órgãos Colegiados da CAIXAPAR;
- Planejar e executar os eventos corporativos de obrigação legal da CAIXAPAR;
- Fornecer e validar os dados contábeis e operacionais para lançamento no Painel de Monitoramento e realizar a Gestão de Resultados da CAIXAPAR;
- Gerir o Fluxo de Caixa e Programação Orçamentária da CAIXAPAR;
- Realizar a gestão financeira da CAIXAPAR (conta corrente e investimentos de liquidez);
- Gerir a infraestrutura geral da CAIXAPAR (logística, telefonia, ambiente, segurança, suprimentos, dentre outros);
- Realizar a gestão negocial do Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura;
- Gerir, avaliar e aprovar os repasses e pagamentos referentes ao Convênio de Compartilhamento, serviços externos, obrigações fiscais Federais e Estaduais, deslocamentos e hospedagens e demais obrigações financeiras e operacionais.

#### **Diretoria Executiva de Novas Aquisições – DINO**

- Realizar estudos e pesquisas e acompanhar e avaliar cenários e empresas;
- Propor políticas e diretrizes para atuação;
- Planejar a composição da carteira de participações estratégicas e temporárias;
- Analisar informações elaboradas pelas Empresas de Consultoria Especializadas;
- Prospectar negócios;
- Propor e viabilizar operações estruturadas que envolvam participações;
- Propor e comandar aquisição e alienação de Participações.

#### **Diretoria Executiva de Participações Existentes – DIPAR**

- Avaliar os aspectos societários e operacionais das Participações a fim de assegurar que seus desempenhos estejam alinhados com os objetivos estratégicos da CAIXAPAR e da Controladora;
- Propor diretrizes, subsidiar e coordenar a atuação dos representantes da CAIXAPAR nos Conselhos, Comitês, Diretoria e Assembleias Gerais das Participadas;
- Acompanhar a política de investimentos e governança em Participações societárias da CAIXAPAR e da Controladora;

- Preservar ou ampliar os direitos da CAIXAPAR como acionista por meio da gestão dos Acordos, Estatutos e Contratos;
- Assessorar a Controladora na gestão de suas Participações acionárias;
- Acompanhar as deliberações dos Conselhos, dos Comitês e das Assembleias;
- Acompanhar os projetos e ações inerentes às Participações;
- Dar suporte operacional aos Conselhos, Comitês e Assembleias;
- Controlar, monitorar e gerir a documentação gerada pelos Conselhos, Comitês e Assembleias das Participações;
- Obter, compilar e avaliar as informações de desempenho (planos de negócios) e resultados contábeis das Participadas;
- Fornecer informações gerenciais sobre os resultados e negócios realizados pela CAIXAPAR;
- Avaliar os aspectos estratégicos das Participações;
- Desenvolver indicadores de performance que mensurem o desempenho das Participações.

## **1.6 Principais Parceiros**

Para o seu adequado funcionamento, a CAIXAPAR utiliza-se do Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com sua Controladora, que estabelece a forma de compartilhamento operacional das áreas da CAIXA, tais como: contabilidade, auditoria, orçamento, infraestrutura, jurídico, tecnologia da informação, dentre outras, necessárias à manutenção do funcionamento da CAIXAPAR.

Adicionalmente, as atividades a serem executadas pelas referidas áreas estão discriminadas em Termos Aditivos Operacionais ao referido Convênio.

## **2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

### **2.1 Informações Sobre o Planejamento Estratégico da Unidade**

O planejamento estratégico da CAIXAPAR está inserido no planejamento de sua Controladora, pois a CAIXA desenvolveu e consolidou o plano do conglomerado, observando que a CAIXAPAR tem por foco a expansão da atuação da CAIXA no mercado, por meio do crescimento por complementaridade e similaridade, sendo estes os objetivos principais a serem alcançados. O negócio consiste em adquirir participações societárias em instituições financeiras, não financeiras, de suporte logístico, tecnologia da informação e similares, que possibilitem, por meio da *expertise* internalizada, atingir com maior rapidez e agilidade os segmentos alvos.

O crescimento via complementaridade consiste em avançar em nichos de negócios onde a CAIXA necessita melhorar a sua atuação com vistas à conquista de mercado, bem como o crescimento por similaridade representa a busca de expansão em nichos já explorados pela Controladora, porém, de grande concorrência, visando propiciar condições adequadas para a consolidação e ampliação de sua atuação. Tais crescimentos são exercidos, em sua grande maioria, por meio das atuais Participações existentes, acompanhando as movimentações de mercado e suas demandas. Além destas, há sempre a prospecção e interação com o mercado para identificar oportunidades que atinjam a esse objetivo por demanda da Controladora ou por iniciativa própria, sempre acompanhada pela área responsável da Controladora.

Sob tal prisma, a aquisição de participações propicia a utilização de metodologias e processos que resultem em maior eficiência nos negócios. Nesta mesma esteira, a CAIXA poderá, por meio da participação em outras empresas, atuar diretamente na cadeia de valor de cada segmento de interesse.

A missão da CAIXAPAR é ampliar e complementar a participação da CAIXA na intermediação de recursos e negócios financeiros, por meio de participações acionárias em empresas estabelecidas ou na sua estruturação, para promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade, em consonância com a Missão e Visão de sua Controladora, a Caixa Econômica Federal.

O Plano Estratégico da CAIXA define a orientação estratégica para a CAIXAPAR, desdobrando e espelhando na sua atuação a condição de veículo para a estruturação e execução das operações da CAIXA.

A CAIXA estruturou seu Plano em 5 perspectivas: Aprendizado e Crescimento, Processos Internos, Mercadológica e Econômico-Financeira, Social e Ambiental.

Por sua vez, a CAIXAPAR desenvolveu seu Plano Estratégico em 3 objetivos principais:

- Ampliar e diversificar as participações acionárias da CAIXA, em segmentos estratégicos, especialmente o financeiro, para conferir maior sustentabilidade e rentabilidade aos seus negócios;
- Reforçar a capacidade de atuação da CAIXA, como instrumento de implementação das políticas governamentais, especialmente a econômica, de desenvolvimento urbano e habitação;
- Instituir normas de governança, que permitam a realização de negócios, de acordo com os padrões de risco e transparência, recomendados pela legislação em vigor e a CAIXA, aplicáveis igualmente à gestão e ao controle da carteira de Participações.

### **2.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão**

No decorrer do ano de 2013, foram desenvolvidos novos critérios para avaliação da gestão da empresa, abrangendo os seguintes pontos:

- Foram adotadas práticas amplamente utilizadas no mercado para mensuração de performance e resultados de empresas, por meio de indicadores fundamentalistas;
- A CAIXAPAR é uma empresa recente, tendo desenvolvido no ano de 2013 critérios e novos indicadores que devem passar a compor uma nova base histórica para futuro acompanhamento de performance;
- As fontes de dados são os próprios demonstrativos contábeis e financeiros da empresa, sendo compostos de lançamentos financeiros da empresa, não havendo riscos de perdas ou falhas nas suas obtenções. Como são decorrentes dos lançamentos contábeis, sendo estes realizados pela própria Controladora, dentro do Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura, além de passar por avaliação do Conselho Fiscal, sua coleta, processamento e divulgação atende aos critérios de transparência para entes internos e externos;

- As Demonstrações Financeiras são publicadas anualmente no site da Controladora e auditadas por empresa de auditoria independente. Como são indicadores amplamente utilizados pelo mercado e analistas financeiros, são de amplo conhecimento e compreensão por parte do público em geral;
- Os custos para obtenção dos indicadores tende a zero;
- Nas tabelas a seguir, são apresentados os indicadores de avaliação de governança adotados:

INDICADORES	DESCRIPTIVO
Retorno/Rentabilidade sobre o Ativo Médio (ROA - M)	$\text{Lucro Líquido} \times 100 / \text{Ativo Total Médio} - (\text{Ativo Exercício} + \text{Ativo Exercício Anterior} / 2)$
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROE - M)	$\text{Lucro Líquido} \times 100 / \text{Patrimônio Líquido Médio} - (\text{PL Exercício} + \text{PL Exercício Anterior} / 2)$
Equivalência Patrimonial sobre Lucro Líquido	$\text{Equivalência Patrimonial} \times 100 / \text{Lucro Líquido}$
Rentabilidade dos Invest. Controladas/Coligadas	$\text{Equivalência Patrimonial} \times 100 / \text{Investimentos em Controladas e Coligadas}$
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\text{Investimentos} + \text{Imobilizado de uso} + \text{Intangível} \times 100 / \text{Patrimônio Líquido (PL)}$

Dados Gerais do Indicador	
EMPRESA	CAIXAPAR
Grupo do Indicador	Índice de Rentabilidade
Nome do Indicador	Retorno/Rentabilidade sobre o Ativo Médio (ROA - M)
Objetivo do Indicador	Apresenta o percentual de Lucro em relação aos Recursos Investidos - Média do Exercício Atual e o Anterior
Tipo do Indicador	Eficiência
Área Responsável	DIGER
Fórmula de Cálculo e Método de Medição	$\text{Lucro Líquido} \times 100 / \text{Ativo Total Médio} - (\text{Ativo Exercício} + \text{Ativo Exercício Anterior} / 2)$
Fonte dos Dados	Balanço da CAIXAPAR

Descritivo: O ROA indica o retorno sobre o Ativo da empresa, ou seja, a eficiência da empresa de produzir lucro a partir de seu Ativo. Significa o quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 de investimento total. Quanto maior for o índice de rentabilidade do Ativo, melhor é para a empresa. Ou seja, representa o retorno sobre o total do Ativo, independente da procedência. É a rentabilidade total dos recursos administrados pela empresa. Por exemplo, se o quociente for igual a R\$15,00 indica que cada R\$100,00 de Ativo Total teve R\$15,00 de retorno. O Ativo Médio corresponde ao Ativo Inicial mais o Ativo Final dividido por dois.

<b>Dados Gerais do Indicador</b>	
<b>EMPRESA</b>	<b>CAIXAPAR</b>
Grupo do Indicador	Índice de Rentabilidade
Nome do Indicador	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROE - M)
Objetivo do Indicador	Apresenta o percentual de Lucro em relação aos Recursos Próprios - Média do Exercício Atual e o Anterior
Tipo do Indicador	Eficiência
Área Responsável	DIGER
Fórmula de Cálculo e Método de Medição	$\text{Lucro Líquido} \times 100 / \text{Patrimônio Líquido Médio} - (\text{PL Exercício} + \text{PL Exercício Anterior} / 2)$
Fonte dos Dados	Balanço da CAIXAPAR

Descritivo: O ROE indica o retorno sobre o Patrimônio Líquido da empresa, ou seja, a eficiência da empresa de produzir lucro a partir de seu Patrimônio. Indica o quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 de capital próprio investido. Quanto maior for o índice de rentabilidade do Patrimônio Líquido, melhor é para a empresa. O Patrimônio Médio corresponde ao Patrimônio Líquido Inicial mais o Patrimônio Líquido Final dividido por dois.

<b>Dados Gerais do Indicador</b>	
<b>EMPRESA</b>	<b>CAIXAPAR</b>
Grupo do Indicador	Índice Patrimonial
Nome do Indicador	Equivalência Patrimonial sobre Lucro Líquido
Objetivo do Indicador	Apresenta o percentual de Equivalência Patrimonial em relação ao Lucro Líquido da Empresa
Tipo do Indicador	Eficiência
Área Responsável	DIGER
Fórmula de Cálculo e Método de Medição	$\text{Equivalência Patrimonial} \times 100 / \text{Lucro Líquido}$
Fonte dos Dados	Balanço da CAIXAPAR

Descritivo: Os Indicadores de Rentabilidade medem a capacidade da empresa de transformar seu Ativo ou Patrimônio Líquido em lucro, o que em realidade é o objetivo principal da existência da própria empresa. A Equivalência Patrimonial sobre o Lucro Líquido corresponde ao valor do investimento de uma empresa em outras empresas (controladas ou coligadas), sendo calculado através do percentual de participação sobre o Patrimônio Líquido de cada empresa na qual a investidora tenha participação. Seu objetivo é fazer com que a investidora registre na sua Demonstração de Resultados os ganhos ou perdas decorrentes de seu investimento em empresas nas quais ela tenha influência. Este indicador mede o percentual que a Equivalência Patrimonial representa em relação ao Lucro Líquido da empresa. Valor Ideal: Não existe. Em geral empresas cujo segmento de atuação seja o de administrar ou gerir outras empresas apresentam valores bastante elevados deste indicador.

<b>Dados Gerais do Indicador</b>	
<b>EMPRESA</b>	<b>CAIXAPAR</b>
Grupo do Indicador	Índice Patrimonial
Nome do Indicador	Rentabilidade dos Invest. Controladas/Coligadas
Objetivo do Indicador	Apresenta o percentual de Equivalência Patrimonial em relação aos Investimentos alocados nas Participações
Tipo do Indicador	Eficácia
Área Responsável	DIGER
Fórmula de Cálculo e Método de Medição	$\text{Equivalência Patrimonial} \times 100 / \text{Investimentos em Controladas e Coligadas}$
Fonte dos Dados	Balanço da CAIXAPAR

Descritivo: Este indicador mede o percentual que a Equivalência Patrimonial representa em relação ao montante investido nas empresas participadas. Valor Ideal: Não existe. Em geral empresas cujo segmento de atuação seja o de administrar ou gerir outras empresas apresentam valores bastante elevados deste indicador.

<b>Dados Gerais do Indicador</b>	
<b>EMPRESA</b>	<b>CAIXAPAR</b>
Grupo do Indicador	Índice Patrimonial
Nome do Indicador	Imobilização do Patrimônio Líquido
Objetivo do Indicador	Apresenta o percentual de Imobilização em relação ao Patrimônio Líquido
Tipo do Indicador	Eficácia
Área Responsável	DIGER
Fórmula de Cálculo e Método de Medição	$\text{Investimentos} + \text{Imobilizado de uso} + \text{Intangível} \times 100 / \text{Patrimônio Líquido (PL)}$
Fonte dos Dados	Balanco da CAIXAPAR

Descritivo: Demonstra o quanto do montante dos recursos alocados pelos acionistas em investimentos que geram retorno. O Imobilizado de Uso neste caso é considerado como investimento por considerarmos que propicia condições para gestão das participadas.

<b>Dados Gerais do Indicador</b>	
<b>EMPRESA</b>	<b>CAIXAPAR</b>
Grupo do Indicador	Índice de Atividade
Nome do Indicador	Eficiência Operacional (RVA Dirigentes)
Objetivo do Indicador	Apresenta o percentual sobre as Despesas Administrativas Totais em relação ao Resultado Operacional da Empresa
Tipo do Indicador	Eficiência
Área Responsável	DIGER
Fórmula de Cálculo e Método de Medição	$\text{Desp. Adm. (Despesas de Pessoal} + \text{Despesas Adm.} + \text{Remuneração Diretoria e Conselheiros)} \times 100 / \text{RO (LAIR)}$
Fonte dos Dados	Balanco da CAIXAPAR

Descritivo: Demonstra o quanto do montante dos Recursos foram dispendidos para propiciar o funcionamento pleno da empresa em relação ao resultado operacional obtido. Quanto menor esta relação, mais eficiente é a administração da empresa.

<b>Dados Gerais do Indicador</b>	
<b>EMPRESA</b>	<b>CAIXAPAR</b>
Grupo do Indicador	Índice de Rentabilidade
Nome do Indicador	Retorno do Capital (RVA Dirigentes)
Objetivo do Indicador	Apresenta o percentual de retorno líquido do período e o passivo oneroso do exercício anterior
Tipo do Indicador	Eficiência
Área Responsável	DIGER
Fórmula de Cálculo e Método de Medição	$\text{EBITIDA (LAJIDA)} / \text{Passivo Oneroso (exercício anterior)}$
Fonte dos Dados	Balanco da CAIXAPAR

Descritivo: Indica o retorno do EBITIDA (resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões - IN CVM nº 527) sobre o passivo oneroso do exercício anterior. No Passivo Oneroso deve ser considerado somente o passivo que gera despesa financeira para a empresa: empréstimo, financiamento e debêntures. Não são considerados os passivos relacionados ao ciclo operacional ou referentes às dívidas com o governo.

### **3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1 Estruturas de Governança**

A CAIXAPAR possui em sua estrutura de governança a Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral é composta pelo seu único acionista, Caixa Econômica Federal.

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos por Assembleia Geral para mandatos de três anos, sendo o Presidente da Caixa Econômica Federal o Presidente do Conselho, o Diretor Presidente da CAIXAPAR e um membro indicado pelo Ministério da Fazenda.

O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares com seus respectivos suplentes, com mandatos até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo dois membros indicados pela Controladora e um membro indicado pelo Ministério da Fazenda.

A Auditoria Geral (AUDIT) da CAIXA presta serviços de auditoria à CAIXAPAR por força do Convênio de Compartilhamento de Estrutura e Execução de Atividades Operacionais. A AUDIT é a unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXAPAR, relacionamento com órgãos externos de controle e de fiscalização, gestão do processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil e fiscalizações acordadas com a Administração.

A AUDIT também observa as normas do *The Institute of Internal Auditors (IIA)*, representado no Brasil pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), e, no que forem aplicáveis, as normas e procedimentos de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

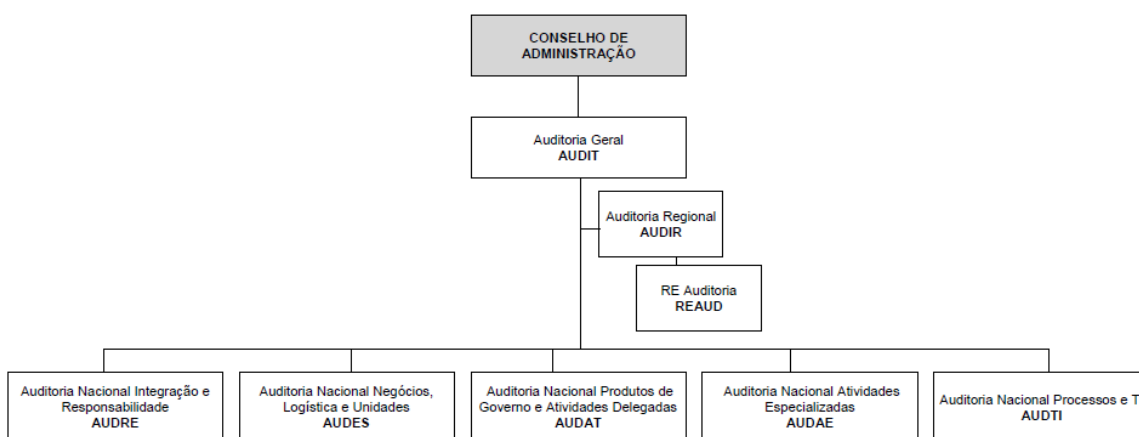
A Auditoria Geral é composta por cinco auditorias nacionais e doze auditorias regionais, cujos objetivos são:

- Auditoria Nacional Atividades Especializadas (AUDAE) – gerir as atividades de auditoria na gestão de riscos e controles internos, nas áreas de recuperação de crédito, jurídica e de administração de ativos de terceiros, em participações, na entidade patrocinada e de auditorias financeira e contábil na CAIXA, exceto em fundos e programas de governo.
- Auditoria Nacional Produtos do Governo e Atividades Delegadas (AUDAT) – gerir as atividades de auditoria, nos aspectos operacional, contábil, financeiro e ambiental, em produtos e atividades do Governo Federal delegados à CAIXA, como fundos, programas, seguros sociais, transferência de recursos públicos, loterias e promoções comerciais, além daqueles voltados ao atendimento a políticas públicas governamentais de desenvolvimento urbano – crédito imobiliário, saneamento e infraestrutura.
- Auditoria Nacional Negócios, Logística e Unidades (AUDES) – gerir as atividades de auditoria no crédito comercial pessoa física e jurídica, no agronegócio, nas atividades de logística, marketing, gestão de pessoas e

relacionamento institucional, na unidade Ouvidoria, no atendimento e gestão dos canais parceiros e gerir as atividades de fiscalização de unidades lotéricas.

- Auditoria Nacional Integração e Responsabilidade (AUDRE) – gerir o processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil, apoiar os conselhos disciplinares na Matriz e coordenar, acompanhar e orientar as unidades da CAIXA no atendimento às demandas oriundas dos conselhos estatutários da empresa, dos órgãos de controle e de fiscalização e da auditoria independente.
- Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação (AUDTI) – gerir as atividades de auditoria em tecnologia da informação, em certificação digital e apoio de TI à auditoria, inclusive auditoria eletrônica.
- Auditorias Regionais (AUDIR), localizadas em Brasília (2 unidades), Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo - executar as atividades programadas pelas auditorias nacionais e representar a AUDIT no âmbito de suas atuações.

Organograma AUDIT:



### 3.2 Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

**Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	



6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> . (3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> . (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

#### a) Ambiente de Controle

Para uma empresa ou unidade operar em conformidade e com controle, há que se ter orientações, práticas e procedimentos com tais propósitos, elementos estes que recebem atenção permanente da administração da CAIXAPAR. A partir do diagnóstico elaborado, identificaram-se os seguintes pontos a desenvolver:

- Comunicação dentro da unidade, especialmente entre as Diretorias Executivas; e
- A padronização dos procedimentos operacionais estão em processo de normatização.

As três diretorias que compõem a direção estatutária da empresa participaram no processo de avaliação.

#### b) Avaliação de Risco

A CAIXAPAR tem como norteadora de suas atividades sua missão coadunada com os objetivos de sua Controladora. Essa atuação em convergência e sinergia pode vir a ser desdobrada e formalizada em metas, com seus riscos de execução ou de resultados.

#### c) Procedimentos de Controle

As decisões são precedidas de análises e pareceres, como meio de se assegurar conformidade e o atingimento dos resultados esperados.

#### d) Informação e Comunicação

Conforme diagnóstico, se pode adotar mecanismos regulares para a socialização das informações no âmbito da empresa, buscando horizontalizar a comunicação, observando o grau de confidencialidade que cada assunto requeira.

#### e) Monitoramento

A CAIXAPAR, regularmente, tem a avaliação das Unidades de Risco, Conformidade e Auditoria, e busca esclarecer ou corrigir eventuais apontamentos sofridos.

### 3.3 Remuneração Paga a Administradores

#### 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A política de remuneração dos administradores, conselheiros e diretores é atribuição da Assembleia Geral, constituída pelo acionista único da CAIXAPAR, conforme o Estatuto Social, no artigo transcrito a seguir:

*“Art. 8º - Competirá à Assembleia Geral, além dos poderes conferidos em lei: (...) III – fixar a remuneração dos administradores, quando devida, e dos membros do Conselho Fiscal, por proposta do Conselho de Administração, observada a legislação aplicável.”*

Conforme o Estatuto Social da CAIXAPAR, não será devida remuneração aos membros do Conselho de Administração da CAIXAPAR, com exceção de um membro indicado pelo Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (**Art. 10º, §5º**). Em outubro/2012 o referido conselheiro renunciou a opção de receber remuneração do cargo.

Para fixação dos valores pagos aos Conselheiros Fiscais foi observado o que estabelece a Lei 6.404/76 em seu artigo 145, transcrito a seguir:

*“Art. 145. As normas relativas a requisitos, impedimentos, investidura, remuneração, deveres e responsabilidade dos administradores aplicam-se a conselheiros e diretores.”*

Ficou ainda estabelecido aos Conselheiros Fiscais, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 162 da mesma Lei, o transcrito a seguir:

*“Art. 162. (...) §3º A remuneração dos membros do conselho fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.” (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 05.05.1997).*

No que tange à remuneração dos Diretores, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 02/04/2009, e pela Assembleia Geral, em 02/07/2009, que o honorário mensal do Diretor Geral corresponderia aos valores pagos ao Diretor Executivo da Controladora e a remuneração dos Diretores Executivos passou a ser de 85% do valor da remuneração do Diretor Geral.

Em relação à remuneração variável, a CAIXAPAR acompanhou sua Controladora no que se refere aos mecanismos de remuneração variável, aos indicadores/métricas de desempenho aplicadas à CAIXAPAR, nos níveis de premiação-alvo e na descrição dos benefícios oferecidos.

### 3.3.2 – Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Segundo nova redação, aprovada pela AGE, de 30/04/2012, não será devida remuneração aos membros do Conselho de Administração da CAIXAPAR, com exceção de um membro indicado pelo Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Art. 10º, §5º). Em outubro/2012, o referido conselheiro renunciou a opção de receber remuneração do cargo. Neste sentido, não demonstraremos o Quadro A.3.3.2 com a remuneração do Conselho de Administração.

#### Quadro A.3.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho Fiscal															
Nome dos Conselheiros Titulares	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Isamara B. Caixeta	-	-	2.671,60	2.671,60	2.671,60	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	<b>39.408,51</b>
Eduardo Xavier	-	30/04/2013	2.671,60	2.671,60	2.671,60	3.488,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>11.502,99</b>
Carlos A. B. Oliveira	-	-	2.671,60	2.671,60	2.671,60	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	<b>39.408,51</b>
Manoel N. P. M. Jr	06/05/2013	-	0,00	0,00	0,00	0,00	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	3.488,19	<b>27.905,52</b>

### 3.3.3 – Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

#### QUADRO A.3.3.3 – Síntese de Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Colegiada			
Remuneração dos Membros	Exercício		
	2013	2012	2011
Número de Membros:	3	3	3
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.337.369,76</b>	<b>1.062.656,92</b>	<b>865.059,55</b>
a) Rubrica 011 Honorários	1.109.797,65	853.556,80	701.681,40
b) Rubrica 074 Licença Prêmio - Conversão	83.536,64	30.598,00	10.683,99
c) Rubrica 034 APIP/IP - Conversão	12.044,54	7.764,00	9.252,89
d) Rubrica 090 Gratificação Natal – 13º Salário	96.594,85	110.500,00	109.412,63
e) Rubrica 043 Remuneração 1/3 das Férias	14.777,71	18.341,86	13.980,65
f) Rubrica 065 Abono Pecuniário	15.463,78	40.777,46	20.047,99
g) Rubrica 208 1/3 sobre Abono Pecuniário	5.154,59	1.118,80	0
<b>II – Remuneração variável (h+i+j)</b>	<b>59.396,64</b>	<b>6.507,50</b>	<b>122.416,55</b>
h) Rubrica 054 PRX/PLR	0	0	122.416,55
i) Rubrica 230 PRX/PLR	663,75	5.080,60	0
j) Rubrica 231 PRX/PLR	423,70	1.426,90	0
<b>III – Total da Remuneração (I+II)</b>	<b>58.309,19</b>	<b>1.069.164,42</b>	<b>987.476,10</b>

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	Exercício		
	2013	2012	2011
Número de Membros:	3	3	3
<b>I – Remuneração Fixa</b>			
a) Rubrica 028 Pro-Labore Caixa	118.225,53	77.413,62	90.850,67
b) Rubrica 090 Gratificação Natal – 13º Salário	2.003,70	6.679,00	6.647,61
<b>II – Total da Remuneração</b>	<b>120.229,23</b>	<b>84.092,62</b>	<b>97.498,28</b>

### 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

A CAIXAPAR não possui política de bônus para seu corpo diretivo. Em relação à remuneração variável, segue no Anexo I a o Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes da CAIXAPAR, bem como os indicadores e métricas de desempenho aplicados, nos níveis de premiação-alvo e na descrição dos benefícios oferecidos no ano de 2013.

### QUADRO A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Colegiada			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
<b>I – Bônus (a+b+c+d)</b>			
<i>a) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>			
<i>b) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>			
<i>c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>			
<i>d) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>			
<b>II – Participação no Resultado (e+f+g+h)</b>			
<i>e) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>			
<i>f) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>			
<i>g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>			
<i>h) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	59.396,64	6.507,50	122.416,55
<b>III – Total ( I + II)</b>	<b>59.396,64</b>	<b>6.507,50</b>	<b>122.416,55</b>

#### 3.4 Sistema de Correição

O sistema de correição da CAIXAPAR adota as políticas emanadas de sua Controladora e compartilha das mesmas rotinas e estruturas operacionais. A orientação aos empregados está divulgada no XP 001 000.

#### 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A CAIXAPAR conta com a previsão de atendimento aos artigos supracitados, por meio do Convênio de Execução de Atividades Operacionais e Compartilhamento de Estrutura celebrado com a Controladora. Entretanto, ao longo das atividades da CAIXAPAR, não foi registrada nenhuma ocorrência.

#### 3.6 Indicadores Para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos

Os indicadores par monitoramento e avaliação do modelo de governança estão explicitados no item 2.3 deste Relatório de Gestão, bem como os de controles internos, estão demonstrados no item 3.2.

### 4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A CAIXAPAR não compõem a Lei Orçamentária Anual, e neste sentido os quadros do item 4 não se aplicam neste caso.

A empresa faz sua programação orçamentária bianual e a remete à sua Controladora para acompanhamento e inserção no Orçamento da CAIXA.

Neste contexto, o quadro abaixo descreve os itens que compõem os Dispendios Globais para o exercício de 2013.

<b>PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - EXECUÇÃO DE 2013</b>	<b>DEZEMBRO</b>	
<b>RECURSOS</b>	<b>710000</b>	<b>411.517.079</b>
<b>Para Aumento do Patrimônio Líquido</b>	<b>711000</b>	<b>411.517.079</b>
Outras Estatais	711213	2.422.552
Outros Recursos para aumento do PL	711900	411.517.079
<b>Receita</b>	<b>730000</b>	<b>625.362.291</b>
<b>Operacional</b>	<b>732000</b>	<b>567.814.846</b>
Renda de Valores Mobiliários	732400	26.143.792
Renda de Inversões Financeiras	732500	541.670.681
Demais Receitas Operacionais	732900	373
<b>Não Operacional</b>	<b>733000</b>	<b>57.547.445</b>
Dividendo e Bonificações em Dinheiro	733100	57.547.445
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>799999</b>	<b>1.036.879.370</b>
<b>Dispêndios de Capital</b>	<b>820000</b>	<b>-3.440.338.860</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	823000	-3.440.338.560
Demais Inversões Financeiras	823900	-3.440.338.560
<b>Dispêndios Correntes</b>	<b>840000</b>	<b>29.249.321</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>841000</b>	<b>5.641.630</b>
Salário Base	841100	2.472.058
Horas Extras	841200	31.305
Comissões por Função	841300	879.067
Encargos Sociais	841500	1.846.051
Benefícios Sociais	841600	314.505
Contr. Patr. Assoc. de Func. (Prev. Priv. e Seg.)	841610	246.220
Demais	841690	68.285
Outros Adicionais	841900	98.644
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>843000</b>	<b>1.768.381</b>
Prestação de Serviços de Apoio	843100	20.976
Segurança e Vigilância	843110	20.976
Prestação de Serviços Técnico Administrativo	843200	1.269.076
Demais	843290	1.269.076
Dispêndio Indireto com Pessoal Próprio	843300	478.329
Treinamento Externo	843340	0
Demais	843349	0
Auxílio Alimentação	843360	220.932
Auxílios Educação, Creche e Outros	843380	83.717
Demais Dispêndios Indiretos com Pessoal Próprio	843390	173.680
Utilidades e Serviços	<b>844000</b>	<b>14.834</b>
<b>Tributos e Encargos Parafiscais</b>	<b>845000</b>	<b>20.173.474</b>
Imposto de Renda	845100	12.147.851
PIS, PASEP, FINSOCIAL	845200	3.637.409
Demais Tributos ou Encargos Parafiscais	845900	4.388.214
<b>Juros e Outros</b>	<b>846000</b>	<b>922.170</b>
Outras Obrigações	846900	922.170
<b>Outros Dispêndios Correntes</b>	<b>849000</b>	<b>728.832</b>
Aluguéis	849300	178.080
Demais Dispêndios Correntes	849900	550.752
<b>TOTAL DO DISPÊNDIO PDG</b>	<b>860000</b>	<b>-3.411.089.539</b>
<b>TOTAL GERAL DOS DISPÊNDIOS</b>	<b>899999</b>	<b>-3.411.089.539</b>
<b>Disponível Inicial</b>	910000	3.988
Total dos Recursos	929999	1.036.879.370
Total dos Dispêndios	939999	-3.546.216.117

<b>Subtotal</b>	<b>959999</b>	<b>4.583.099.475</b>
Valores e Bens	962000	403.434.933
<b>Disponível Final</b>	<b>970000</b>	<b>2.130</b>

#### 4.4 Transferências de Recursos

A CAIXAPAR no exercício de referência não realizou convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

### 5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

#### 5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

##### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

###### 5.1.1.1 Lotação

###### Quadro A.5.1.1.1 – Força de trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/13

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	22	20	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	22	20	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	20	03	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	-	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	22	20	-	-

Fonte: SISRH



## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

**QUADRO A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ– Situação Apurada em 31/12/13**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	21	20	03	01
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>03</b>	<b>01</b>

Fonte: SISRH

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

**QUADRO A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária Situação Apurada em 31/12/13**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	1	9	7	3	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>-</b>

Fonte: SISRH

### 5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

#### QUADRO A.5.1.2.3 Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade

Situação Apurada em 31/12/13

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	3	15	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	-	-	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SISRH

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

**Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>										
Exercícios	2013	564.143,49	272.787,03	71.367,12	15.535,71					923.833,35
	2012	609.838,41		46.452,00	11.370,00					667.660,41
	2011	680.435,97	6.452,85	57.251,70	52.404,96					796.545,48
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2013	3.357.830,28		241.317,51	32.612,94	3.580,11				3.635.340,84
	2012	2.498.876,67		214.308,09	62.857,20	15.876,00				2.791.917,60
	2011	2.546.276,22		245.389,53	46.276,77	9.823,80			1.743,00	2.849.509,32
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>										
Exercícios	2013	2.317.251,24	4.320.444,00	603.427,50	402.864,57	2.435,76	4.420,80			7.650.843,87
	2012	1.958.284,02	3.943.894,17	532.371,00	365.575,14		165.337,11	83.749,02		7.049.210,46
	2011	1.793.805,69	3.871.377,39	482.538,51	292.985,19					6.440.706,78

Fonte: SISRH

### **5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

O quadro dos empregados da CAIXAPAR é composto por empregados disponibilizados, sendo submetidos à política de gestão de pessoas estabelecida pela Controladora. Assim, as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos é feita pela Controladora mediante o Aditivo Operacional ao Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com a CAIXA.

### **5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Conforme descrito no item 5.1.6, as providências para regularizar a situação dos servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos irregularmente são adotadas pela Controladora mediante o Aditivo Operacional ao Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com a CAIXA.

### **5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos**

A CAIXAPAR adota os mesmos indicadores dos quais se utiliza a Controladora para tal gerenciamento, mediante o Aditivo Operacional ao Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com a CAIXA.

### **5.4 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários**

A CAIXAPAR não possui mão de obra empregada e contratação de estagiários diretamente. A contratação de estagiários é realizada pela Controladora mediante o Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com a CAIXA.

Também se utiliza de mão de obra terceirizada para suporte das suas atividades por meio do Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com a CAIXA.

## **6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

### **6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

A CAIXAPAR não possui uma frota de veículos próprios e locados de terceiros. A CAIXAPAR se utiliza dos serviços de transporte de empregados por meio do Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com a CAIXA.

### **6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário**

A CAIXAPAR não possui patrimônio imobiliário próprio. A CAIXAPAR utiliza dos serviços de disponibilização de espaço físico e infraestrutura lógica, elétrica e telefônica por meio do Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com a CAIXA.

## **7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

### **7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

A CAIXAPAR é assistida, nesse quesito, pelo Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura. Tal medida se justifica pelos princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

## **8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

A CAIXAPAR é assistida, nesse quesito, pelo Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura. Tal medida se justifica pelos princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

### **8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

A CAIXAPAR é assistida, nesse quesito, pelo Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura. Tal medida se justifica pelos princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Inclusive em relação às políticas adotadas para estimular o uso racional desses recursos, adere simultaneamente aos programas de gestão de sustentabilidade.

## **9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

### **9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU**

Sem ocorrências no período.

### **9.2 Tratamento de Recomendações do OCI**

O relatório final dos trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União – CGU, em 2013, constam no Anexo II desse documento, contendo os apontamentos observados e as ações da CAIXAPAR.

#### **9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício**

O relatório final dos trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União – CGU, em 2013, constam no Anexo II desse documento, contendo os apontamentos observados e as ações da CAIXAPAR.

#### **9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

As recomendações pendentes de atendimento no exercício de 2013 estão indicadas no relatório final dos trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União – CGU, em 2013, constam no Anexo II desse documento.

### **9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

Não há previsão estatutária para uma estrutura de auditoria interna e esta atividade é exercida pela Auditoria Geral (AUDIT), por força de Convênio de Execução de Atividades Operacionais e Compartilhamento de Estrutura firmado entre a CAIXAPAR e a CAIXA.

O relatório final dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Controladora, em 2013, constam no Anexo III desse documento.

### **9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**

A CAIXAPAR não possui quadro próprio de empregados, tendo sua equipe composta por empregados disponibilizados pela sua Controladora, por meio do Aditivo Operacional ao Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura. Dessa maneira, os empregados disponibilizados à CAIXAPAR cumprem as obrigações estabelecidas pela Lei nº 8.370 por meio do preenchimento do formulário eletrônico de autorização de acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física.

## 10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A CAIXAPAR não possui relacionamento direto com público. Não obstante, as informações sobre os dados de governança da empresa são divulgados por meio dos canais da sua Controladora, de acordo com o Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura, dentre os quais o site da internet ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)).

## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas Pela Lei Nº 6.404/1976

As Demonstrações Contábeis da CAIXAPAR e as Notas Explicativas encontram-se no Anexo IV

### 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

#### 11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

A CAIXAPAR é uma empresa holding constituída sob a forma de sociedade anônima fechada, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, que, conseqüentemente possui participação de 100% no Capital Social da empresa.

#### 11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

**QUADRO A.11.5.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES**

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2013			
Denominação Investidora	Caixa Participações Sociedade Anônima		
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
CAIXA Seguros Holding S.A.	48,21	48,21	48,21
Companhia Brasileira de Securitização S.A. - CIBRASEC	9,09	9,09	9,09
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	5,95	5,95	5,95
Cielo S.A.	1,14	1,14	1,14
Banco Panamericano S.A.	49,00	49,00	49,00
Elo Serviços S.A.	0,0050	0,0050	0,0050
CPM Braxis Capgemini S/A	24,19%	24,19%	-
Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.	49,00	49,00	-
Habitar Negócios e Serviços S.A. (M.R.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A.)	5,00	5,00	-
BRANES Negócios e Serviços S.A. (M.G.H.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A.)	2,00	2,00	-
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Banco Panamericano S.A.	22,60	22,60	22,60
Elo Serviços S.A.	66,6385	66,6385	66,6385

A título de melhor entendimento da composição acionária nas empresas investidas da carteira da CAIXAPAR, apresentamos os 3 quadros abaixo, referentes aos anos de 2011 a 2013:

PARTICIPAÇÕES DA CAIXAPAR - DEZEMBRO/2011						
EMPRESAS	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Ações PN	Quantidade de QUOTAS	Tipo de Títulos		Participação no Capital Social Total
				ON *	PN	
Caixa Seguros Holding S/A	2.286.862			48,21%	-	48,21%
CSP Participações Ltda			0			0,00%
Cia Brasileira de Securitização S/A - CIBRASEC	6.000			9,09%	-	9,09%
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	223.402.733			5,95%	-	5,95%
CIELO S/A	7.475.760			1,14%	-	1,14%
Banco Panamericano S/A	143.307.054	54.802.722		49,00%	22,60%	36,56%
Elo Serviços S/A	62.779	837.031.629		0,0050%	66,6385%	33,33%

\* Ações ON com direito a voto.

Fonte: CAIXAPAR

PARTICIPAÇÕES DA CAIXAPAR - DEZEMBRO/2012						
EMPRESAS	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Ações PN	Quantidade de QUOTAS	Tipo de Títulos		Participação no Capital Social Total
				ON *	PN	
Caixa Seguros Holding S/A	2.286.862			48,21%	-	48,21%
CSP Participações Ltda.			0			0,00%
Cia Brasileira de Securitização S/A - CIBRASEC	6.000			9,09%	-	9,09%
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	223.402.733			5,95%	-	5,95%
CIELO S/A	7.475.760			1,14%	-	1,14%
Banco Panamericano S/A	143.307.054	54.802.722		49,00%	22,60%	37,00%
Elo Serviços S/A	62.779	837.031.629		0,0050%	66,6385%	33,34%
CPM Braxis Capgemini S/A	61.423.001			24,19%	-	22,00%
Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.	4.900			49,00%	-	49,00%
Habitar Negócios e Serviços S/A (M.R.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S/A)**	25			5,00%	-	5,00%
BRANES Negócios e Serviços S/A (M.G.H.S.P.E Empreendimentos e Participações S/A)**	2.200.010			2,00%	-	2,00%

\* Ações ON com direito a voto.

\*\* Empresas ainda não operacionais.

DETALHAMENTO DAS PARTICIPAÇÕES S.P.E		
Habitar Negócios e Serviços S/A (M.R.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S/A)	95% FIP Amsterdam 5% CAIXAPAR	Composição do Fundo de Investimento em Participações FIP Amsterdam: CAIXAPAR - 47,35% FUNCEF - 25% GULF - 27,65
BRANES Negócios e Serviços S/A (M.G.H.S.P.E Empreendimentos e Participações S/A)	47% FIP Veneza 51% IBM 2% CAIXAPAR	Composição do Fundo de Investimento em Participações FIP Veneza: CAIXAPAR - 75% FUNCEF - 25%

Participação total direta + indireta da CAIXAPAR	
M.R.O.S.P.E. + FIP AMSTERDAM	49,98%
M.G.H.S.P.E. + FIP VENEZA	37,25%

Fonte: CAIXAPAR

**PARTICIPAÇÕES DA CAIXAPAR - DEZEMBRO/2013**

EMPRESAS	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Ações PN	Quantidade de QUOTAS	Tipo de Títulos		Participação no Capital Social Total
				ON *	PN	
Caixa Seguros Holding S/A	2.239.226			48,21%	-	48,21%
CSP Participações Ltda. (1)			34.245.712			48,21%
Cia Brasileira de Securitização S/A - CIBRASEC	6.000			9,09%	-	9,09%
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	223.402.733			5,95%	-	5,95%
CIELO S/A (2)	8.970.912			1,14%	-	1,14%
Banco Panamericano S/A	143.307.054	54.802.722		49,00%	22,60%	37,00%
Elo Serviços S/A	62.779	837.031.629		0,0050%	66,6385%	33,34%
CPM Braxis Capgemini S/A (3)	63.764.545			24,19%	-	22,05%
Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A. (4)	17.640.000			49,00%	-	49,00%
Habitar Negócios e Serviços S/A (M.R.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S/A)**	25			5,00%	-	5,00%
BRANES Negócios e Serviços S/A (M.G.H.S.P.E Empreendimentos e Participações S/A)	2.200.010			2,00%	-	2,00%

\* Ações ON com direito a voto.

\*\* Empresas ainda não operacionais.

- (1) Incorporação da parcela cindida da Caixa Seguros Holding S.A. com a criação da CSP Participações Limitada.
- (2) Conversão da reserva de lucros em novas ações, distribuídas proporcionalmente entre os sócios.
- (3) Aquisição de novas ações para manutenção do percentual de participação a partir da entrada da EMC no quadro de sócios.
- (4) Subscrição de novas ações como plano de desenvolvimento da companhia.

**DETALHAMENTO DAS PARTICIPAÇÕES S.P.E**

<b>Habitar Negócios e Serviços S/A (M.R.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S/A)</b>	95% FIP Amsterdam 5% CAIXAPAR	Composição do Fundo de Investimento em Participações FIP Amsterdam: CAIXAPAR - 47,35% FUNCEF - 25% GULF - 27,65
<b>BRANES Negócios e Serviços S/A (M.G.H.S.P.E Empreendimentos e Participações S/A)</b>	47% FIP Veneza 51% IBM 2% CAIXAPAR	Composição do Fundo de Investimento em Participações FIP Veneza: CAIXAPAR - 75% FUNCEF - 25%

**Participação total direta + indireta da CAIXAPAR**

M.R.O.S.P.E. + FIP AMSTERDAM	49,98%
M.G.H.S.P.E. + FIP VENEZA	37,25%

Fonte: CAIXAPAR



## **11.6 Relatório de Auditoria Independente**

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas

Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Outros assuntos – demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 16 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF  
Geovani da Silveira Fagunde  
Contador CRC 1MG051926/O-0 “S” DF

## ANEXO I

### PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DE DIRIGENTES 2013 CAIXAPAR

Art. 1º O objetivo deste Programa é reconhecer financeiramente o desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance de resultados na empresa.

§1º. O programa de RVA não está sujeito à Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE nº 10, de 30 de maio de 1995 e, portanto, não concorre a PLR dos empregados no limite de 25% dos dividendos.

§2º. O presente instrumento não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer dirigente.

Art. 2º São chamados participantes, neste instrumento, os Dirigentes Estatutários.

Parágrafo Único. O programa não se aplica aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou Comitês.

Art. 3º Podem participar deste programa os dirigentes ativos e os desligados que tenham trabalhado na Empresa, efetivamente, por um período igual ou superior a 30 (trinta) dias, no exercício de 2013.

Art. 4º A habilitação dos Dirigentes, ao recebimento da remuneração, ocorrerá desde que o desempenho atinja, no mínimo, 80% dos indicadores meta.

Art. 5º Para efeito deste programa, o montante máximo destinado ao pagamento da PLR ao conjunto dos dirigentes será fixado em um milésimo do lucro líquido do exercício ou 3 honorários mensal de cada dirigente, prevalecendo o que for menor.

Parágrafo Único. Na hipótese de substituição de Dirigentes, o pagamento proporcional de remuneração variável a ambos não poderá ultrapassar o limite máximo autorizado para o respectivo cargo.

Art. 6º O valor de remuneração a ser pago será apurado com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas para a CAIXAPAR.

INDICADORES	INDICE	METRICA	META	PESO	PESO DO INDICADOR SOBRE O LIMITE MAX. DE PAGAMENTO
CORPORATIVOS	IRPL CAIXA - Indice de Rentabilidade do Patrimonio Liquido Médio (quanto > melhor)	(Lucro Liquido do Exercício / Partomônio Liquido)	25,54%	25%	70%
	IEO CAIXA - Indice de Eficiência Operacional - (quanto < melhor)	(Resultado da Intermediação financeira + Receita de prestação de serviços) / (Despesa de Pessoal + Outras Despesas Admistrfativas)	59,22%	25%	
	IC CAIXA - Indice de Cobertura - (quanto > melhor)	(Somatório das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias / Despesas de Pessoal)	105,91%	25%	
	IRPL CAIXAPAR - Indice de Rentabilidade do Patrimonio Liquido Médio (quanto > melhor)	(Lucro Liquido do Exercício / Partomônio Liquido)	13,56%	25%	
AVALIAÇÃO PELO CA	AVALIAÇÕES PARA CADA DIRIGENTE				10%
DESEMPENHO ESPECÍFICO DO DIREOR GERAL E DIRETORES EXECUTIVOS	RESULTADO LÍQUIDO DAS PARTICIPADAS				10%
DESEMPNHO INDIVIDUAL DIRETOR GERAL E DIRETORES EXECUTIVOS	AVALIAÇÃO DOS DIRETORES PELO GESTOR SUPERVISOR				10%

Para efeito de apuração dos objetivos corporativos, será calculado o percentual de realização de cada uma das metas, dentro do bloco, permitindo-se a compensação entre os resultados apurados.

O resultado líquido das participadas será decorrente do índice apurado entre a soma dos resultados esperados de cada uma das empresas, em relação à soma dos resultados realizados, podendo haver segregação de participadas por diretoria.

§ 1º. Serão adotados os seguintes critérios para gradação das metas:

Percentual de atingimento da meta	Pagamento atrelado ao respectivo indicador.
$\geq 100\%$	100%
$100\% > X \geq 99\%$	99%
$99\% > X \geq 98\%$	98%
$98\% > X \geq 97\%$	97%
$97\% > X \geq 96\%$	96%
$96\% > X \geq 95\%$	95%
$95\% > X \geq 90\%$	75%
$90\% > X \geq 80\%$	50%
$80\% > X$	-

§2º. A partir da tabela acima, será feito o seguinte cálculo:

$$PLR = \sum(\text{Pagamento } i \times \text{Peso } i) \times \text{limite máximo}$$

Onde:

$\sum$  denota o somatório;

“i” – denota o respectivo indicador;

Pagamento “i” – se refere ao pagamento da remuneração atrelado ao percentual de alcance da meta definida para o respectivo indicador;

Peso “i” – denota o peso do indicador no programa;

Limite máximo – é fixado em percentual do lucro líquido do exercício ou em número de honorários.

Art. 7º O montante da remuneração apurado para cada Dirigente será pago da seguinte maneira:

- I. 60% no primeiro exercício seguinte ao alcance das metas;
- II. 20% no segundo exercício seguinte ao alcance das metas;
- III. 10% no terceiro exercício seguinte ao alcance das metas;
- IV. 10% no quarto exercício seguinte ao alcance das metas.

§1º. As parcelas mencionadas nos incisos II a IV do “caput” deste artigo serão reajustadas pelo IPCA do exercício.

§2º. Caso haja prejuízo ou redução significativa do lucro líquido do exercício, as parcelas remanescentes, não pagas até o encerramento de cada um dos exercícios seguintes ao alcance das metas, serão proporcionalmente revertidas.

§3º. A reversão proporcional, a que se refere o parágrafo anterior, não se aplica à primeira parcela de 60%.

§4º. Entende-se como redução significativa do lucro líquido do exercício a que superar 20%.

Art. 8º. O efetivo pagamento da remuneração fica condicionado à disponibilidade financeira da empresa, mantendo inalterado o direito do recebimento e sendo vedada a contratação de empréstimo para seu pagamento.

Art. 9º. Os sistemas de avaliação de Desempenho, bem como todos os indicadores previstos neste Programa e as Demonstrações Financeiras da CAIXA e da CAIXAPAR são validados e auditados por Auditorias internas e externas.

Art. 10. Os indicadores descritos no Art. 6º são definidos com base no cenário macroeconômico e no direcionamento empresarial e estão adequados aos Planos de Dispêndios, Negócios e Econômico-Financeiro com vistas a alcançar a Visão da CAIXA de “Estar entre os três maiores Bancos Brasileiros até 2022, mantendo a liderança como Agente de Políticas Públicas” e à sua Missão de “Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado Brasileiro”.

Art. 11. O presente regulamento entrará em vigor a partir de sua aprovação, pelo Conselho de Administração, pelo Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/DEST, com validade até o pagamento integral da remuneração.

**ANEXO II**  
**Descritivos dos Apontamentos do Órgão de Controle Externo – CGU.**

**Relatório de Auditoria Anual de Contas**  
**CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**2013**

Achados da Auditoria – nº 201306005

1. GESTÃO OPERACIONAL
- 1.1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
- 1.1.1. EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS
- 1.1.1.1. CONSTATAÇÃO – 01

**A CAIXAPAR não divulga, de forma sistemática e cruzada, as informações adicionais que não tenham sido apresentadas nas demonstrações contábeis, mas que sejam relevantes para sua compreensão.**

**Recomendação 01**

Recomendamos que a CAIXAPAR revise a Nota Explicativa sobre Investimentos (6.a), a fim de apresentar informações mais detalhadas e de forma cruzada, com a Demonstração de Resultados, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 26.

**AÇÃO:** Proceder junto à SUCON/GECTC a revisão e a adequação das Notas Explicativas sobre Investimentos (6.a), buscando apresentar as informações mais detalhadas com o cruzamento com a Demonstrações de Resultados – DRE. Na ocasião da reunião, elaboraremos uma ATA contemplando o assunto abordado para que a SUCON, quando da elaboração das Notas Explicativas, atente para a recomendação da CGU.

[Recomendação Atendida pela CAIXAPAR em 2013](#)

**Recomendação 02**

Recomendamos que a CAIXAPAR se certifique de que esse problema (falta de conexão das notas explicativas com as demonstrações contábeis) não ocorra nas demais notas anexas às demonstrações.

**AÇÃO:** Quando da elaboração do próximo Balanço Anual da CAIXAPAR, proceder à análise mais criteriosa das Notas Explicativas e das suas referências aos dados contidos na DRE, baseando-se na ATA da reunião realizada quando do Plano de Ação para atender à Recomendação 01.

[Recomendação Atendida pela CAIXAPAR em 2013](#)

### 1.1.1.2. CONSTATAÇÃO – 02

**Ausência no Manual XP 108 - Política de Investimento e Governança em Participações Societárias, de explicitação clara de exigência de busca constante de novas e potenciais sinergias com as participações adquiridas.**

#### **Recomendação 01**

Recomenda-se que a CAIXAPAR apresente de maneira clara no Manual XP 108 - Política de Investimento e Governança em Participações Societárias, a prática da busca constante e sistemática de novas sinergias, onde elas foram identificadas, ao longo do período de compartilhamento de controle na empresa participada.

**AÇÃO:** Revisar o Manual Normativo XP 108 – Política de Investimento e Governança em Participações Societárias de forma a obter metodologia definida para prática constante e sistemática de sinergias, quando for o caso, ao longo do período de compartilhamento de controle na empresa participada.

Recomendação em fase final de atendimento. Será finalizado no exercício de 2014.

#### **Recomendação 02**

Recomenda-se que a CAIXAPAR insira no manual apropriado a descrição das práticas operacionais relativas à política sugerida na recomendação 01, considerando entre outros tópicos a frequência das análises de sinergia, os critérios de relevância para a escolha das participações para a análise, equipes e unidades responsáveis, escopo da análise etc, considerando a relação custo/benefícios da prática de análise em situação específica.

**AÇÃO:** Inserir no XP 108 - Política de Investimento e Governança em Participações Societárias descrição das práticas operacionais relativas à política sugerida na recomendação 01, considerando entre outros tópicos a frequência das análises de sinergia, os critérios de relevância para a escolha das participações para a análise, equipes e unidades responsáveis, escopo da análise etc, considerando a relação custo/benefícios da prática de análise em situação específica.

Recomendação em fase final de atendimento. Será finalizado no exercício de 2014.

### 1.1.1.3. RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

#### 1.1.1.4. CONSTATAÇÃO – 03

**Insuficiência de indicadores apresentados no Relatório de Gestão**

#### **Recomendação 01**

Adoção de indicadores que transmitam o resultado da gestão de acordo com a economicidade, eficácia, eficiência e efetividade e que sejam úteis à CAIXAPAR e à CAIXA, como controladora.

**AÇÃO:** Revisão dos indicadores de avaliação dos resultados da gestão, levando em conta a economicidade, eficácia, eficiência e efetividade que atendam ao critério de mensuração e avaliação para a CAIXAPAR e sua Controladora.

Recomendação Atendida pela CAIXAPAR em 2013

### 1.1.2.1. CONSTATAÇÃO – 04

#### **Ausência de discriminação da metodologia (métrica) utilizada para o cálculo dos índices das participações no Relatório de Desempenho das Participações Acionárias da CAIXAPAR**

##### **Recomendação 01**

Recomendamos que a CAIXAPAR informe a métrica de cada indicador publicado no Relatório de Desempenho das Participações ou em outro que venha a substituí-lo e inclua observações quando o indicador for calculado de maneira distinta.

**AÇÃO:** Adotar no Relatório de Desempenho das Participações Acionárias da CAIXAPAR os seguintes critérios para divulgação de índices e indicadores:

- a) Origem da informação utilizada;
- b) Metodologia aplicada;
- c) Resultados encontrados; e
- d) Análise técnica dos resultados encontrados.

Adotar metodologia unificada para cálculo dos índices e indicadores das participações, de forma a gerar uma unificação na compreensão e análise dos resultados obtidos.

*Recomendação Atendida pela CAIXAPAR em 2013*

- 2 CONTROLES DA GESTÃO
- 2.1 CONTROLES INTERNOS
- 2.1.1 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS
- 2.1.1.1 CONSTATAÇÃO

#### **Erros no arquivo de monitoramento das participações societárias da CAIXAPAR**

##### **Recomendação 01**

Que a CAIXAPAR implante sistema gerencial automatizado para controle das informações contábeis e gerenciais das empresas em que detém participações acionárias para maior segurança das informações e confiabilidade dos dados.

**AÇÃO:** Proceder à intensificação de demanda junto à controladora para desenvolver e implementar a ferramenta gerencial Painel de Controle na CAIXAPAR. Caso esta ação incorra em prazos superiores à expectativa da CAIXAPAR, deverá ser prospectado no mercado opção externa à Controladora para desenvolvimento e implantação de plataforma tecnológica que atenda a demanda do corpo diretivo da CAIXAPAR e consequentemente ao da recomendação da CGU.

*Recomendação Atendida em 2013 pela Controladora em relação à implementação da ferramenta na CAIXAPAR, bem como captura automática dos dados do Balanço de empresa para produção dos indicadores de gestão. A fase atual encontra-se em inserção dos dados das Participadas para acompanhamento dos indicadores específicos de cada empresa e segmento. Previsão para 2014.*

### ANEXO III

PA Auditoria Regional Matriz/DF 0531/14 #20

Brasília/DF, 08 MAI 14.

À  
CAIXAPAR – Caixa Participações S/A

Assunto: Auditoria Contábil  
Ref. : Serviço CXPAR 141-001

Senhores Diretores

- 1 Realizamos trabalho de auditoria, no período de 05 MAR a 11 ABR 14, com o objetivo de avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis dessa empresa, relativas ao exercício de 2013, em cumprimento ao previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT).
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas e técnicas usuais de auditoria e foram considerados, no planejamento do trabalho, os sistemas operacionais e contábeis, a materialidade e a relevância dos saldos apresentados nos balancetes do período e o volume das transações.
- 3 Examinamos os balancetes do período de JAN a DEZ 13, o Balanço Patrimonial levantado em 31 DEZ 13 e as respectivas Demonstrações do Resultado, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas, elaboradas sob a responsabilidade da administração.
- 4 O escopo do trabalho abrangeu os seguintes títulos contábeis:
  - Aplicações em Operações Compromissadas;
  - Títulos de Renda Fixa;
  - Títulos de Renda Variável;
  - Participações em Coligadas e Controladas;
  - Contas a Pagar/Convênio Atividade Operacional;
  - Reservas de Lucros.
- 5 A Auditoria Interna da CAIXA não tem acesso aos documentos que dão suporte às demonstrações contábeis das empresas investidas da CAIXAPAR, o que nos exime da responsabilidade de emitir julgamento sobre tais demonstrações.
- 6 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da CAIXAPAR apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 DEZ 13, em seus aspectos mais relevantes.

É o nosso parecer.

Sergio dos Anjos  
Auditor Junior  
Auditoria Regional Matriz/DF

Jose Ivo Viela Gonçalves  
Auditor Pleno  
Auditoria Regional Goiânia/GO

Geraldo Ferreira dos Santos  
Auditor Pleno  
Auditoria Regional Belo Horizonte/MG

Hareowaldo Vieira  
Auditor Sênior  
Auditoria Regional Matriz/DF



À  
Diretoria Executiva de Participações Existentes  
C/c Diretoria Geral

Assunto : Governança, Gestão e Monitoramento das Participações Societárias.  
Ref. : Trabalho de Auditoria TESOU 133 (DIPAR) – 001.

Senhor Diretor

- 1 O presente trabalho, realizado no período de 01 JUL a 30 SET 13, teve como objetivo avaliar a eficiência e eficácia da gestão do processo, dos mecanismos de controle e dos riscos envolvidos na manutenção das participações societárias pela Caixa Participações S.A. (CAIXAPAR), considerando as políticas e diretrizes da empresa, e alinhamento com a política de participações societárias da CAIXA e a legislação aplicável.
- 2 O escopo do trabalho, com abrangência de 01 JAN 12 a 29 SET 13, contemplou a governança, a gestão e o monitoramento das seguintes participações societárias da CAIXAPAR:
  - Banco PanAmericano S.A.;
  - Branes Negócios e Serviços S.A. (M.G.H.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.);
  - Caixa Seguros  *Holding* S.A.;
  - Crescer Serviços de Orientação a Empreendimentos S.A.
- 2.1 Conduzidos de acordo com as normas de auditoria, os exames foram executados com técnicas usuais de auditoria e compreenderam análise documental, conferência de dados e informações, entrevistas, observação direta e confirmação de informações.
- 3 CONTEXTUALIZAÇÃO
  - 3.1 A CAIXAPAR é o braço estratégico da CAIXA nos negócios relativos as participações societárias de longo prazo, e tem como uma das principais atividades a prospecção e aquisição de novas participações ligadas às atividades complementares e similares dos negócios de sua Controladora e à gestão das participações societárias de sua carteira.
  - 3.2 O planejamento estratégico da CAIXAPAR está inserido no planejamento de sua Controladora, pois a CAIXA desenvolveu e consolidou o plano do conglomerado considerando que a subsidiária tem por foco a expansão de sua atuação no mercado por meio do crescimento por complementaridade e similaridade.
    - 3.2.1 O crescimento por complementaridade consiste em avançar em nichos de negócios nos quais a CAIXA necessita melhorar a sua atuação com a conquista de mercado, o crescimento por

- similaridade representa a busca de expansão em nichos já explorados, porém, de grande concorrência.
- 3.3 Consta no Relatório da Administração, exercício 2012, elaborado pela CAIXAPAR que a sua carteira de participações societárias é composta pelas empresas coligadas Caixa Seguros  *Holding S.A.*, Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização, Elo Serviços, Caixa Crescer – Serviços de Orientação a Empreendedores, Capgemini Brasil, Branes S.A. e a Habitar S.A., sobre as quais exerce influência significativa; e pelo Banco PanAmericano S.A., no qual possui controle conjunto com o Banco BTG Pactual.
- 3.3.1 O total de investimentos nessas empresas em 31 DEZ 12 era de R\$ 3,42 bilhões, o que significa um aumento de 64% nos investimentos em comparação aos valores de 2011, que totalizaram R\$ 2,08 bilhões.
- 3.4 As participações nas empresas Cielo S.A. e Tecban – Tecnologia Bancária S.A. foram classificadas contabilmente em instrumentos financeiros a partir de DEZ/10 e somaram em 31 DEZ 12 o total de R\$ 458 milhões em valor de mercado.
- 3.5 No Relatório da Gestão, exercício de 2012, encaminhado ao Tribunal de Contas da União, a CAIXAPAR informou que, considerando sua natureza, os indicadores que melhor expressam sua performance são os patrimoniais e de resultados, calculados pela expectativa e capacidade no seu atingimento.
- 3.6 Para o seu adequado funcionamento, a CAIXAPAR utiliza-se do Convênio de Compartilhamento de Estrutura firmado com sua Controladora, o qual estabelece a forma de compartilhamento operacional das áreas da CAIXA, tais como: contabilidade, auditoria, orçamento, infraestrutura, jurídico, tecnologia da informação, dentre outras; necessárias à manutenção do funcionamento da subsidiária.
- 3.6.1 Adicionalmente, as atividades a serem executadas pelas referidas áreas estão discriminadas em Termos Aditivos Operacionais ao referido Convênio.
- 3.7 A CAIXAPAR adota as seguintes práticas para o adequado exercício da governança, monitoramento e controle das suas participações societárias:
- efetiva indicação dos representantes nas participações;
  - acompanhamento das diretrizes propostas na Política de Participações quanto à atuação dos representantes nas participações estratégicas;
  - suporte aos seus representantes nos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitês.
- 3.8 Além de prestar apoio técnico e assessoramento à tomada de decisões no exercício da gestão das suas participações societárias, a CAIXAPAR atua junto às participações societárias de propriedade da CAIXA, conforme respaldado pelo Termo Aditivo Operacional ao Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura.
- 3.9 A estrutura organizacional da CAIXAPAR é formada pelas seguintes diretorias: Diretoria Geral (DIGER), Diretoria Executiva de Novas Aquisições (DINOV) e Diretoria Executiva de Participações Existentes (DIPAR).

3.9.1 Conforme o normativo XP 105001 – Modelagem Organizacional, a DIPAR é responsável pelas seguintes macroatividades:

- fornecer informações gerenciais sobre os resultados e negócios detidos pela CAIXAPAR;
- gerir as participações por meio dos Acordos, Contratos e Estatutos;
- avaliar os aspectos estratégicos das participações;
- desenvolver indicadores de performance que mensurem o desempenho das participações;
- monitorar e avaliar o desempenho das participações;
- propor diretrizes, subsidiar e coordenar a atuação dos representantes nos Conselhos, nos Comitês e nas Diretorias das Participações;
- acompanhar os projetos e ações inerentes às participações;
- acompanhar as deliberações dos Conselhos, Comitês e Assembléias.

3.10 Os resultados dos testes de auditoria aplicados são apresentados a seguir em ordem decrescente de criticidade.

#### 4 AMBIENTE DE CONTROLE

4.1 Criticidade: Alta

4.2 Em resposta ao questionamento efetuado por esta Regional de Auditoria acerca da existência de indicadores de desempenho para avaliação profissional dos empregados da CAIXAPAR, a SN de Gestão de Pessoas Desempenho e Capacitação (SUDEC) informou que os empregados disponibilizados pela CAIXA são empregados ativos, possuindo os mesmos direitos e deveres dos demais empregados ativos da CAIXA e que, sob o aspecto funcional, a avaliação de múltiplas fontes se aplica aos empregados da subsidiária CAIXAPAR.

4.3 Recomendações

4.3.1 Celebrar Termo Aditivo com a SUDEC estabelecendo as atividades necessárias para implementar a Avaliação de Pessoas por Múltiplas Fontes que se aplica aos empregados disponibilizados pela CAIXA à CAIXAPAR.

4.3.2 Elaborar normativo que contemple as rotinas e os procedimentos operacionais executados pela subsidiária para o fiel cumprimento das obrigações previstas nas cláusulas do Termo Aditivo.

#### 5 GERENCIAMENTO DOS RISCOS

5.1 Criticidade: Alta

5.2 Solicitamos esclarecimentos à SN do Contencioso (SUTEN) sobre o pedido consignado na Ação Popular de Perdas e Danos ajuizada em 2011, que tem como polo passivo o Banco Panamericano S.A., o risco jurídico do processo e se houve recomendação de provisão para essa ação.

5.2.1 A SUTEN informou-nos que, para fins de provisão, o pedido foi classificado como risco “possível”, visto que não há como estimar o resultado da demanda por ausência de casos

similares e que esse processo não constou na provisão da CAIXAPAR por ser caracterizado por esse tipo de risco.

5.3 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 determina que quando se tratar de risco possível é necessário consignar, por meio de notas explicativas, o processo nas Demonstrações Contábeis, diante disso analisamos o Balanço Patrimonial, exercício 2012, da CAIXAPAR e verificamos que não consta nas notas explicativas nenhuma referência ao processo que trata dessa Ação Popular de Perdas e Danos.

5.4 Ressaltamos que a GN Risco Operacional (GEROP) no Relatório de Avaliação dos Riscos Operacionais na CAIXAPAR 005/2013, de 7 MAI 13, salientou a necessidade de um estudo específico sobre os riscos decorrentes de ações judiciais envolvendo as participações, no tocando às reais possibilidades de impactos na CAIXAPAR e na CAIXA, haja vista a ausência de detalhes nos registros do SIJUR, o que compromete sobremaneira a realização de inferências confiáveis.

#### 5.5 Recomendações

5.5.1 Solicitar à SUTEN informações sobre todas as ações em que a CAIXAPAR e suas participadas sejam partes, juntamente com o risco jurídico de cada ação.

5.5.2 Encaminhar as informações disponibilizadas pela SUTEN à SN Contabilidade e Tributos (SUCON) para que sejam reconhecidas nas Demonstrações Contábeis da CAIXAPAR.

5.5.3 Aditar o Termo Aditivo firmado com a SUTEN contemplando as atividades necessárias para o efetivo controle das ações judiciais em que a CAIXAPAR e suas participadas sejam partes.

5.5.4 Aditar o Termo Aditivo celebrado com a SUCON estabelecendo as atividades necessárias para que as ações judiciais da CAIXAPAR e das participadas sejam reconhecidas no Balanço Patrimonial da subsidiária.

5.5.5 Elaborar normativo contemplando as rotinas e os procedimentos relativos às atividades técnico operacionais desenvolvidas pela SUTEN e pela SUCON.

## 6 ATIVIDADE DE CONTROLE

### 6.1 Criticidade: Alta

6.2 Verificamos que os procedimentos relativos às atividades técnico operacionais estabelecidas nos Termos Aditivos ao Convênio de Compartilhamento de Estrutura celebrados entre a CAIXAPAR e as unidades gestoras da Controladora não estão contemplados nos normativos da subsidiária.

6.2.1 Essa constatação está referendada pelo ponto de atenção consignado pela GN Monitoramento de Normas e Riscos (GEMON) no RT GECIE 005/2013, de 29 ABR 13, que ressalta a necessidade de a CAIXAPAR discriminar as atividades dos Termos Aditivos firmados com as diversas unidades gestoras da CAIXA em normas setoriais.

### 6.3 Recomendação

6.3.1 Estabelecer em normativo os procedimentos necessários para a execução das atividades técnico operacionais constantes dos Termos Aditivos firmados com as unidades gestoras da Controladora.

## 7 PARTICIPAÇÕES DA CONTROLADORA

7.1 Criticidade: Média

7.2 Observamos no documento OE 021/2011 Diretoria Executiva de Participações Existentes, de 11 JAN 12, encaminhado à SN de Planejamento Financeiro (SUPLA), que a execução das atividades técnicas operacionais previstas no 2º Termo Aditivo SUPLA não está ocorrendo conforme previsto nas cláusulas do instrumento contratual assinado pelas partes.

7.3 A DIPAR encaminhou correspondência eletrônica a esta auditoria em 04 SET 13 com o seguinte esclarecimento:

*Com relação ao questionamento sobre “valores das despesas pagas pela SUPLA à CAIXAPAR, tendo em vista a realização das atividades constantes do referido Termo Aditivo” informamos que a GEORC08 manifestou-se em 30.08.2013 com o seguinte posicionamento:*

*Após verificação em nossos registros e consulta à GN Contabilidade de Terceiros, informamos que não possuímos registro de despesas pagas pela CAIXA à CAIXAPAR como pagamento pela prestação dos serviços descritos no termo aditivo referido.*

7.4 Recomendações

7.4.1 Reavaliar com a SUPLA as atividades técnicas operacionais estabelecidas no Termo Aditivo de maneira a permitir o fiel cumprimento das cláusulas estabelecidas para os contratantes no documento.

7.4.2 Elaborar normativo contemplando as rotinas e os procedimentos operacionais executados pela DIPAR para o fiel cumprimento das obrigações previstas no Termo Aditivo.

7.4.3 Regularizar o ressarcimento das despesas originárias da CAIXAPAR, em decorrência da prestação de serviços à CAIXA, conforme previsto no 2º Termo Aditivo assinado em 13 JUN 10.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Essa Diretoria Executiva deverá acessar o endereço <http://www.siaud.mz.caixa> e descrever, no Plano de Ação, os prazos e as ações corretivas para a solução das inconformidades apontadas, em consonância com as recomendações apresentadas, procedimento que deverá ser finalizado até o dia 8 NOV 13, para que sejam avaliadas e homologadas pela Diretoria Geral (DIGER).

É o que temos a relatar.



ÉRICA DE SOUSA BATISTA  
Auditor Júnior  
Auditoria Regional Matriz/DF

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA  
Auditor Pleno  
Auditoria Regional Matriz/DF

CARLOS ANTONIO DORNELAS  
Auditor Sênior  
Auditoria Regional Matriz/DF

Ciência do responsável pela Unidade Auditada.

Brasília, 08 de outubro de 2013.

OSWALDO SERRANO DE OLIVEIRA  
Diretor Executivo  
Diretoria Executiva de Participações Existentes

## ANEXO IV

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO DE 2013 CAIXAPAR

#### BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais exceto quando indicados de outra forma)

ATIVO	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.154.384</b>	<b>802.810</b>
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA (Nota 4)	370.196	199.540
ATIVOS FINANCEIROS		
Disponíveis para venda (Nota 5)	621.769	458.872
	<b>991.965</b>	<b>658.412</b>
OUTROS RECEBÍVEIS		
Dividendos e JCP a receber (Nota 6)	160.865	140.337
Diversos	1.554	4.061
	<b>162.419</b>	<b>144.398</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.536.067</b>	<b>3.418.966</b>
Investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto (Nota 7)	3.536.067	3.418.965
Ativo Imobilizado	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>4.690.451</b>	<b>4.221.776</b>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>	<b>151.439</b>	<b>105.495</b>
Dividendos propostos a pagar (Nota 9)	139.192	94.299
Tributos sobre lucros a pagar	9.649	9.688
Diversas	2.598	1.508
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>210.201</b>	<b>144.871</b>
Tributos diferidos	210.201	144.871
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.328.811</b>	<b>3.971.410</b>
Capital social (Nota 9)	3.219.335	3.210.853
Capital autorizado	4.000.000	4.000.000
Capital a realizar	(780.665)	(789.147)
Reservas de capital (Nota 9)	167	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 9)	201.758	291.404
Reservas de lucros (Nota 9)	907.551	469.153
<b>TOTAL</b>	<b>4.690.451</b>	<b>4.221.776</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais exceto quando indicados de outra forma)

	2013	2012
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>		
Resultado de participações (Nota 7)	580.019	395.050
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>580.019</b>	<b>395.050</b>
Despesas gerais e administrativas (Nota 11)	(8.160)	(12.389)
Outras receitas operacionais (Nota 12)	19.485	16.036
Outras despesas operacionais (Nota 12)	(4.559)	(6.091)
<b>LUCRO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>586.784</b>	<b>392.607</b>
Receita Financeira (Nota 13)	25.859	29.219
Despesa Financeira (Nota 13)	(3.046)	(3.062)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE LUCROS</b>	<b>609.597</b>	<b>418.764</b>
Despesa com impostos sobre lucros (Nota 10)	(16.881)	(21.588)
Tributos diferidos (Nota 10)	7	20
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>592.722</b>	<b>397.196</b>
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.500.000</b>	<b>2.500.000</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>	<b>R\$ 237,09</b>	<b>R\$ 158,88</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais exceto quando indicados de outra forma)

	2013	2012
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>592.722</b>	<b>397.196</b>
<b>OUTROS RESULTADO ABRANGENTES</b>		
<b>DE ATIVOS FINANCEIROS - PRÓPRIOS</b>	<b>97.567</b>	<b>75.328</b>
Ganhos não realizados (Nota 9)	162.897	125.767
Efeitos tributários (Nota 8)	(65.330)	(50.439)
<b>DE ATIVOS FINANCEIROS - DE COLIGADAS DE CONTROLADAS, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(187.213)</b>	<b>60.650</b>
Participação no resultado abrangente das coligadas (Nota 9)	(24)	-
Participação no resultado abrangente das controladas em conjunto (Nota 9)	(187.189)	60.650
<b>TOTAL DE RESULTADO ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>503.076</b>	<b>533.174</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de reais exceto quando indicados de outra forma)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS	TOTAL
			LEGAL	MARGEM OPERACIONAL			
<b>Em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>2.505.566</b>	<b>-</b>	<b>53.555</b>	<b>517.988</b>	<b>155.426</b>	<b>-</b>	<b>3.232.535</b>
Aumento de Capital (Nota 9)	705.287			(405.287)			300.000
Lucro líquido do exercício						397.196	397.196
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 9)							-
Próprios					75.328		75.328
De coligadas e controladas em conjunto					60.650		60.650
Destinações do Lucro Líquido							-
Reservas (Nota 9)			19.860	283.037		(302.897)	-
Dividendos (Nota 9)						(94.299)	(94.299)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.210.853</b>	<b>-</b>	<b>73.415</b>	<b>395.738</b>	<b>291.404</b>	<b>-</b>	<b>3.971.410</b>
Lucro líquido do exercício						592.722	592.722
Ajuste reflexo de investidas - (Nota 9)						(6.650)	(6.650)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 9)							-
Próprios					97.567		97.567
De coligadas e controladas em conjunto					(187.213)		(187.213)
Destinações do lucro líquido							-
Reservas (Nota 9)		167	29.303	409.095		(438.398)	167
Dividendos (Nota 9)						(139.192)	(139.192)
Aumento de capital (Nota 9)	8.482					(8.482)	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.219.335</b>	<b>167</b>	<b>102.718</b>	<b>804.833</b>	<b>201.758</b>	<b>0</b>	<b>4.328.811</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais exceto quando indicados de outra forma)

	2013	2012
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro antes dos impostos	609.596	418.764
Ajustes ao lucro líquido		
Receita de participações	(580.019)	(395.050)
Despesa de Juros	-	-
Receita de instrumentos financeiros	(19.052)	-
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>10.525</b>	<b>23.714</b>
Ativos financeiros	-	(125.766)
Aumento em créditos a receber	8.258	(19.512)
Aumento ou redução em débitos diversos a pagar	1.052	141.741
<b>CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>19.835</b>	<b>20.177</b>
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.874)	(21.568)
Dividendos e Juros recebidos	291.446	118.778
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>294.407</b>	<b>117.387</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de investimentos	(29.452)	(1.021.636)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(29.452)</b>	<b>(1.021.636)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de capital	-	300.000
Dividendos pagos	(94.299)	(97.481)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(94.299)</b>	<b>202.519</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA</b>	<b>170.656</b>	<b>(701.730)</b>
<b>MODIFICAÇÕES LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES</b>		
Caixa e equivalentes no início do exercício	199.540	901.270
Caixa e equivalentes no final do exercício	370.196	199.540
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	170.656	(701.730)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2013	2012
	ACUMULADO	ACUMULADO
<b>1. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>2.666</b>	<b>7.200</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.666	7.200
<b>2. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(2.666)</b>	<b>(7.200)</b>
<b>3. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>625.077</b>	<b>440.289</b>
Aplicações Financeiras	45.058	45.239
Receita de participações	580.019	395.050
<b>4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (2+3)</b>	<b>622.411</b>	<b>433.089</b>
<b>5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>622.411</b>	<b>433.089</b>
Pessoal e encargos	5.946	5.551
- Salários	2.821	2.592
- Encargos Previdenciários	1.156	924
- Benefícios	205	188
- Treinamento	-	8
- Honorários	1.765	1.839
Impostos, taxas e contribuições	20.518	27.102
- Imposto de Renda-IR e Contribuição Social-CSLL	16.875	21.568
- Contribuição COFINS/PIS/PASEP/INSS	3.637	5.162
- ISSQN / IPTU / IOF / TAXAS	6	372
Despesas Financeiras	3.046	3.062
Aluguéis	178	178
Dividendos	139.192	94.299
Lucros retidos	453.530	302.897

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Índice das Notas Explicativas

<b>Nota - 1</b>	<b>Contexto operacional</b>	<b>52</b>
<b>Nota - 2</b>	<b>Apresentação das demonstrações contábeis</b>	<b>52</b>
<b>Nota - 3</b>	<b>Principais práticas contábeis</b>	<b>52</b>
<b>Nota - 4</b>	<b>Caixa e Equivalentes Caixa</b>	<b>57</b>
<b>Nota - 5</b>	<b>Ativos financeiros</b>	<b>57</b>
<b>Nota - 6</b>	<b>Recebíveis</b>	<b>59</b>
<b>Nota - 7</b>	<b>Investimentos</b>	<b>60</b>
<b>Nota - 8</b>	<b>Tributos diferidos</b>	<b>66</b>
<b>Nota - 9</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>66</b>
<b>Nota - 10</b>	<b>Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)</b>	<b>68</b>
<b>Nota - 11</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>68</b>
<b>Nota - 12</b>	<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>69</b>
<b>Nota - 13</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>69</b>
<b>Nota - 14</b>	<b>Partes relacionadas</b>	<b>70</b>
<b>Nota - 15</b>	<b>Gerenciamento de risco</b>	<b>70</b>
<b>Nota 16</b>	<b>Outras Informações</b>	<b>71</b>

## **Nota - 1 Contexto operacional**

A Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“Companhia” ou “CAIXAPAR”) é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, Brasil. Foi constituída em 31 de março de 2009 como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Controladora”). Sua constituição foi deliberada e aprovada em 30 de janeiro de 2009 pelo Conselho de Administração da CAIXA por meio da Ata 195. Tal ato foi amparado legalmente pela Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, em seu art. 1º que autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da CAIXA.

A Companhia encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 53300010277 e é regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de atuação indeterminado.

A CAIXAPAR tem por objeto adquirir e alienar participações societárias em empresas públicas e privadas sediadas no Brasil, instituições financeiras públicas ou privadas, empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos art. 17 e 18 da lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 sediadas no Brasil.

Nesse sentido, a estratégia de aquisições da CAIXAPAR almeja expandir e reforçar a atuação da CAIXA sob a ótica de complementaridade e similaridade de negócios explorando sinergias que permitam à Controladora atingir com maior eficiência e agilidade seus objetivos.

## **Nota - 2 Apresentação das demonstrações contábeis**

### **a) Contexto**

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2014.

### **b) Preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações à exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros e a outras provisões. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR são apresentadas na forma individual, uma vez que se enquadra em todas as exceções conforme requerido no item 4 do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

## **Nota - 3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

### **a) Moeda Funcional**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXAPAR e que representa o ambiente econômico em que a Companhia atua. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

#### **b) Investimentos**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a CAIXAPAR tem influência significativa, ou seja, quando detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeiras ou operacionais da investida, sem controlá-la. A Administração entende que possui influência significativa quando pode nomear representantes no Conselho de Administração ou Diretoria da investida.

Empreendimentos controlados em conjunto são negócios em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio em conjunto. A CAIXAPAR julga que controla em conjunto uma entidade quando, como parte integrante do negócio, pode impedir que a(s) outra(s) parte(s) possa(m) controlar separadamente o negócio, ensejando assim, que todas as decisões relevantes sejam tomadas em consenso. Essa partilha do controle em conjunto é usualmente definida no estatuto, contrato social ou em documentos firmados entre as partes, como um acordo de acionistas.

Esses investimentos em entidades coligadas, controladas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo que o seu reconhecimento inicial se dá pelo valor de aquisição e seu valor contábil é posteriormente aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da CAIXAPAR nas variações patrimoniais da investida. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos a realizar entre a Companhia, suas controladas, controladas em conjunto ou coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia, bem como perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Para aplicação do método de Equivalência Patrimonial a Companhia utiliza demonstrações contábeis das controladas em conjunto e coligadas com defasagem de até 60 dias conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis. Tal defasagem somente ocorre caso seja impraticável o recebimento das demonstrações contábeis de mesma base em tempo hábil para elaboração das demonstrações da companhia, em função das investidas serem independentes da CAIXAPAR, com contabilidade não integrada, com prazos de fechamento operacionais e legais distintos do da Companhia,

Os ganhos e perdas por consequência do aumento ou diminuição na participação relativa de seus investimentos são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio e são registrados no exercício em que ocorrerem.

Os investimentos são avaliados anualmente quanto à necessidade de reconhecimento de perda por redução do valor recuperável, incluindo a parcela de ágio quando houver, pela comparação de seu valor contábil com o seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, sendo dos dois o maior). O teste de recuperabilidade (*impairment*) é realizado anualmente quando há evidência de perda no valor do investimento, com exceção dos ágios na aquisição de investimentos, que são testados independentemente de evidência.

O valor recuperável das investidas é determinado pelo preço de cotação da BM&F BOVESPA para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado para empresas não listadas em bolsa; por cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da investida. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas em conjunto ou coligadas são ajustadas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

#### **(i) Ágio com expectativa de rentabilidade futura**

O ágio com expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. O ágio de aquisições compõe o saldo contábil da conta "Investimentos" nas demonstrações contábeis e está fundamentado em rentabilidade futura sendo testado anualmente para verificar existência de perda no seu valor recuperável (*impairment*). Ele é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Tais perdas reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

**(ii) Marcas registradas e relacionamentos comerciais**

As marcas registradas e os relacionamentos comerciais são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição no processo de Alocação do Preço de Compra (*Purchase Price Allocation*). Posteriormente, tais ativos são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada que é alocada pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil estimado.

**(iii) Relações contratuais com clientes e contratos de tecnologia**

As relações contratuais com clientes e contratos de tecnologia são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Atualmente as relações contratuais com clientes têm vida útil definida em 3 e 10 anos, os contratos de tecnologia possuem o prazo de amortização de 5,67 anos e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é realizada pelo método linear durante o prazo estimado.

**c) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência que estabelece que essas sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

**d) Reconhecimento de Receita**

**(i) Receita de juros sobre capital próprio de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**

A receita de juros sobre capital próprio é reconhecida quando o direito de recebimento é estabelecido, sendo reconhecida na demonstração do resultado em resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto. O estabelecimento do direito é condicionado ao reconhecimento em demonstrativos contábeis da investida e documentação comprobatória perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**(ii) Receita de dividendos e juros sobre capital próprio de títulos e valores mobiliários**

A receita de juros sobre capital próprio e dividendos de Títulos e Valores Mobiliários detidos pela Companhia é reconhecida no momento que a obrigação é reconhecida pela empresa através de comunicado aos acionistas, conforme estabelecido pela Bolsa de Valores. O montante é reconhecido da demonstração de resultado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais" pelo montante correspondente à quantidade de ações detidas pela CAIXAPAR.

**(iii) Receitas e despesas de juros**

As receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas nas rubricas de "receitas financeiras" e "despesas financeiras" na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

**e) Caixa e Equivalentes de Caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários disponíveis e o numerário em espécie além de operações compromissadas, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e quaisquer outras aplicações financeiras de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de valor.

**f) Ativos financeiros****(i) Classificação e reconhecimento**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial nas seguintes categorias: mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados nas categorias mensurados ao valor justo através do resultado.

**(ii) Investimentos mantidos até o vencimento**

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aqueles ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida que a entidade tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

**(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ganhos e perdas oriundos desses ajustes são reconhecidos como outros resultados abrangentes e acumulados na conta “ajustes de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas reconhecidos nessa conta são reclassificados para o resultado quando da alienação do investimento ou perda no seu valor recuperável (*impairment*).

São contabilizadas nessa categoria, principalmente, as ações de companhias abertas e fechadas detidas pela CAIXAPAR.

Os dividendos provenientes dos instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos em resultado como “Outras Receitas Operacionais” quando estabelecido o direito da Companhia de recebimento.

Os juros dos títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

**(iv) Empréstimos e recebíveis**

Incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto aqueles que a companhia:

I pretende vender imediatamente ou no curto prazo e os designados na mensuração inicial como “ao valor justo por meio do resultado”;

II designou, na mensuração inicial, como disponíveis para venda; ou

III provavelmente não irá recuperar substancialmente o valor total do seu investimento, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Os montantes em empréstimos e recebíveis são avaliados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável, utilizando-se a TJE.

O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição e outras taxas, bem como os custos integrantes da TJE.

A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração do resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas) – empréstimos e recebíveis”.

**g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido****(i) Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados com base no lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração, considerando os dispositivos legais vigentes no encerramento do período.

**(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando relacionados com mensuração de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, são também creditados ou debitados ao patrimônio líquido, e subsequentemente são reconhecidos no resultado junto com os ganhos e as perdas que foram diferidos em outros resultados abrangentes quando de sua realização.

**h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

A Companhia promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXAPAR verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A Companhia não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso e intangíveis.

**i) Provisões e contingências ativas e passivas**

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Atualmente a Companhia figura como pólo ativo/passivo em sete processos judiciais. Porém, como o valor estimado de condenação baseado em pareceres dos assessores jurídicos é imaterial, a Companhia optou por não contabilizar tal provisão.

**j) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

**k) Patrimônio Líquido**

A distribuição de dividendos de ações ordinárias para o acionista único, CAIXA, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da CAIXAPAR ao final do exercício, no montante referente ao valor mínimo obrigatório conforme definido em estatuto da Companhia, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição das reservas previstas. Valores superiores ao mínimo obrigatório somente são reconhecidos após a aprovação do Conselho de Administração.

**l) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Baseada em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo:

**(i) Imposto de renda, contribuição social e outros tributos**

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para tributos. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

**(ii) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

**(iii) Perda do valor recuperável de ativos financeiros para ativos classificados como disponíveis para venda**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment sobre o ativo financeiro já reconhecida anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

**(iv) Impairment do Ágio**

O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é testado anualmente com a finalidade de verificar a necessidade de redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável do ágio ultrapassar seu valor contábil, o ágio por expectativa de rentabilidade futura é considerado como não estando desvalorizado. Se o valor contábil ultrapassar seu valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização.

**Nota - 4 Caixa e Equivalentes Caixa**

Descrição	2013	2012
Caixa - Disponibilidade em moeda nacional	2	4
Aplicações em Operações Compromissadas*	84.760	199.409
Certificado de Depósito Bancário**	285.434	127
<b>Total</b>	<b>370.196</b>	<b>199.540</b>

\*Operações de compra de títulos com compromisso de revenda, lastreadas Notas do Tesouro Nacional.

\*\*Certificados de Depósitos Bancários, modalidade CDB Flex Empresarial, emitidos pela CAIXA Econômica Federal

**Nota - 5 Ativos financeiros**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2013				2012			
	Títulos disponíveis para venda	Custo	Valor de Mercado em 01/01/2013	Ajuste a Valor de Mercado *	Valor de Mercado em 31/12/2013	Valor de Mercado em 01/01/2012	Ajuste a Valor de Mercado *	Valor de Mercado em 31/12/2012
Ações companhias abertas - CIELO		65.825	426.043	162.897	588.940	300.276	125.767	426.043
Ações companhias fechadas - TECBAN		31.818	32.829	-	32.829	32.829	-	32.829
<b>Total</b>		<b>97.643</b>	<b>458.872</b>	<b>162.897</b>	<b>621.769</b>	<b>333.105</b>	<b>125.767</b>	<b>458.872</b>

\* Ajuste no patrimônio líquido.

Os títulos e valores mobiliários não apresentam vencimento.

**(a) Disponíveis para venda**

As ações detidas pela Companhia na empresa Tecnologia Bancária S.A. – TECBAN foram avaliadas por meio do exercício do *valuation* utilizando-se fluxos de caixa descontados, que valeu-se inicialmente de premissas levantadas em 2011. Periodicamente as variáveis de sensibilidade dessa avaliação (custos, receitas, despesas, taxas de desconto, entre outras) são atualizadas pela Diretoria de Participações da CAIXAPAR. Não houve indícios de valorização ou desvalorização na empresa, não cabendo portanto qualquer ajuste no seu valor de mercado.

O valor de mercado da Cielo é obtido através da cotação em bolsa de valores e os ajustes no valor de mercado são efetuados mensalmente por ocasião da elaboração dos balancetes da CAIXAPAR.

**(b) Estimativa do valor justo**

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo conforme a hierarquia que se segue:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

As tabelas abaixo apresentam os ativos da Companhia mensurados pelo valor justo:

Descrição	2013				
Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo	Total
Ativos financeiros- Ações	588.940	-	32.829	621.769	
<b>Total do Ativo</b>	<b>588.940</b>	<b>-</b>	<b>32.829</b>	<b>621.769</b>	
Descrição	2012				
Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo	Total
Ativos financeiros- Ações	426.043	-	32.829	458.872	
<b>Total do Ativo</b>	<b>426.043</b>	<b>-</b>	<b>32.829</b>	<b>458.872</b>	

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Mercado ativo é um mercado no qual os itens transacionados no mercado são homogêneos, os vendedores e compradores com disposição para negociar podem ser encontrados a qualquer momento para efetuar a transação e os preços estão disponíveis para o público.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

compreendem, principalmente, os investimentos em ações da Cielo classificados como títulos disponíveis para venda.

O valor justo de instrumentos não cotados em mercado ativo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Quando todas as informações relevantes consideradas pela técnica de avaliação são observáveis, podendo ser adotadas pelo mercado, o instrumento será classificado no Nível 2 e, caso contrário, será classificado no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

**Nota – 6 Recebíveis**

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Dividendos a receber - Coligadas e controladas	128.268	92.974
JCP a receber - Coligadas e controladas	32.597	47.363
<b>Total</b>	<b>160.865</b>	<b>140.337</b>

## Nota - 7 Investimentos

### (a) Composição da carteira de participações societárias

A carteira de participações societárias da Companhia é composta por empresas nas quais exerce controle conjunto (Banco Panamericano S.A., Capgemini Brasil S.A., Caixa Seguros Holding S.A., Caixa Seguros Participações Ltda, Elo Serviços S.A., Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A., Branes Negócios e Serviços S.A., Habitar Empreendimentos e Participações S.A. e FIP Caixa Amsterdam), pela controlada FIP Caixa Veneza e pela coligada Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização, empresa sobre a qual exerce influência significativa.

O resultado de participações no valor de R\$ 580.019 (2012 – R\$ 395.050) é composto pelo resultado de equivalência patrimonial de R\$ 636.930 deduzidos do montante de R\$ 56.911 (2012 – R\$ 50.551) referentes à amortização de ativos intangíveis.

#### As participações societárias estão assim representadas:

Descrição	Coligadas e empresas com controle em conjunto											
	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido		Participação		Número de Ações		Intangível/Goodwill		Investimento <sup>(6)</sup>	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Caixa Seguros CSP <sup>(1)</sup>	4.318.659	3.980.117	1.403.017	1.108.104	48,21%	48,21%	2.239.226	2.286.862	-	-	2.082.025	1.918.861
	85.332	-	14.297	-	48,21%	-	34.245.712	-	-	-	41.139	-
Banco PAN <sup>(2)</sup>	2.239.188	2.365.979	(94.043)	(364.592)	37,00%	37,00%	198.109.776	198.109.776	215.285	253.154	1.043.784	1.128.566
CIBRASEC	75.161	77.291	4.698	4.086	9,09%	9,09%	6.000	6.000	-	-	6.832	7.026
ELO <sup>(3)</sup>	39.959	30.729	9.229	(10.842)	33,33%	33,33%	837.094.408	837.094.008	-	-	13.318	10.252
Capgemini	290.785	247.383	383	(66.655)	22,05%	22,00%	63.764.545	61.423.001	241.143	260.186	305.261	312.386
Branes <sup>(4)</sup>	94.846	108.181	(15.155)	(1.820)	2,00%	2,00%	2.200.010	2.200.010	-	-	1.897	2.200
Habitar <sup>(5)</sup>	-	-	-	-	5,00%	5,00%	25	25	-	-	-	-
Crescer *	5.799	-	(27.407)	-	49,00%	49,00%	17.640.000	4.900	-	-	2.842	103
FIP Veneza *	51.950	-	(898)	-	75,00%	75,00%	-	-	-	-	38.963	39.150
FIP Amsterdam *	10	-	(1.449)	-	47,35%	47,35%	-	-	-	-	5	421

\* As empresas encontravam-se em fase pré-operacional no ano de 2012

(1) A Caixa Seguros Participações (C.S.P) foi criado em 2013 a partir de uma cisão da Caixa Seguros Holding. O Patrimônio está dividido em quotas.

(2) Os saldos do Banco PAN foram ajustados às práticas contábeis da CAIXAPAR. A companhia possui 143.307.056 ações ordinárias e 54.802.722 ações preferenciais do Banco.

(3) A CAIXAPAR possui 62.754 ações ordinárias e 836.698.278 ações preferenciais da Elo Serviços S.A.

(4) A Companhia possui participação total (direta + indireta) de 37,25% na Branes.

(5) A CAIXAPAR possui participação total (direta + indireta) de 49,98% na Habitar. A investida ainda não se encontra em fase operacional.

(6) A coluna Investimento contempla o valor do intangível e *goodwill* quando houver.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Movimentação das participações societárias:**

<b>Movimentação dos Investimentos</b>								
<b>Descrição</b>	<b>2011</b>	<b>Aquisição/Aporte</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Reversão de Dividendos</b>	<b>Dividendos/JCP a Receber e Recebidos</b>	<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>Amortização de Intangíveis</b>	<b>2012</b>
Caixa Seguros CSP	1.403.825	-	61.002	12.666	(148.405)	589.773	-	1.918.861
Banco PAN	649.751	658.093	(352)	-	-	(137.896)	(41.030)	1.128.566
CIBRASEC	6.858	-	-	-	(1.343)	1.511	-	7.026
Elo	18.278	-	-	-	-	(8.025)	-	10.253
Capgemini	-	321.669	-	-	-	238	(9.521)	312.386
Branes	-	2.200	-	-	-	-	-	2.200
Crescer	-	103	-	-	-	-	-	103
FIP Veneza	-	39.150	-	-	-	-	-	39.150
FIP Amsterdam	-	421	-	-	-	-	-	421
<b>Total</b>	<b>2.078.712</b>	<b>1.021.636</b>	<b>60.650</b>	<b>12.666</b>	<b>(149.748)</b>	<b>445.601</b>	<b>(50.551)</b>	<b>3.418.965</b>
<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>Aquisição/Aporte/Cisão</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial/Reservas</b>	<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>Dividendos/JCP a Receber e Recebidos</b>	<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>Amortização de Intangíveis</b>	<b>2013</b>
Caixa Seguros CSP	1.918.861	(34.246)	(180.862)	-	(298.077)	676.349	-	2.082.025
Banco PAN	1.128.566	-	(5.663)	(6.444)	-	(34.806)	(37.869)	1.043.784
CIBRASEC	7.026	-	(24)	-	(596)	426	-	6.832
Elo	10.252	-	-	-	-	3.066	-	13.318
Capgemini	312.386	12.527	(497)	(205)	-	94	(19.043)	305.262
Branes	2.200	-	-	-	-	(303)	-	1.897
Crescer	103	16.169	-	-	-	(13.430)	-	2.842
FIP Veneza	39.150	486	-	-	-	(673)	-	38.963
FIP Amsterdam	421	270	-	-	-	(686)	-	5
<b>Total</b>	<b>3.418.965</b>	<b>29.452</b>	<b>(187.046)</b>	<b>(6.650)</b>	<b>(298.673)</b>	<b>636.930</b>	<b>(56.911)</b>	<b>3.536.067</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(ii) Informações adicionais das investidas:**

<b>Informações Financeiras - Valor Contábil - R\$ mil Data-base 31/12/2013</b>								
<b>Investidas</b>	<b>Ativos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receitas</b>	<b>Lucros e prejuízos de operações em continuidade</b>	<b>Lucros e prejuízos após os impostos e operações descontinuadas</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Resultado abrangente total</b>
Caixa Seguros	35.654.314	31.237.552	4.318.659	8.266.430	1.729.998	1.403.017	(375.154)	1.027.863
Banco PAN	21.922.818	19.683.609	2.239.188	6.571.279	3.289.585	(94.043)	(15.307)	(109.350)
Capgemini	803.558	512.772	290.786	1.308.417	212.175	383	820	1.203
Cibrasec	129.142	55.554	73.588	13.713	20.910	4.698	(262)	4.436
Elo Serviços	61.540	21.581	39.959	51.798	51.798	9.229	-	9.229
CSP	85.332	-	85.332	14.298	14.298	14.297	-	-
Branes	97.487	2.641	94.846	-	22.709	(13.335)	-	-
Crescer	11.582	5.704	5.878	1.465	1.465	(27.407)	-	-
FIP Veneza	155.404	103.454	51.950	-	-	(898)	-	-
FIP Amsterdam	0,24	0,14	0,10	-	(1.449)	(1.449)	-	-
<b>Total</b>	<b>58.571.372</b>	<b>51.511.068</b>	<b>6.962.180</b>	<b>16.211.637</b>	<b>5.304.466</b>	<b>1.323.284</b>	<b>(389.903)</b>	<b>933.381</b>

**(b) Banco PAN**

O Banco Panamericano S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento a empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários – CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis.

A movimentação dos ativos intangíveis, identificados na combinação de negócios do Banco Panamericano, segue abaixo:

Descrição	2013			2012		
	Saldo inicial	Amortização	Saldo final	Saldo inicial	Amortização	Saldo final
<b>Intangíveis e Goodwill</b>						
Marcas	32.684	-	32.684	32.684	-	32.684
Relacionamentos comerciais	34.779	(34.779)	-	72.719	(37.940)	34.779
Contratos	7.605	(2.608)	4.997	10.212	(2.607)	7.605
Tecnologia	1.728	(482)	1.246	2.211	(483)	1.728
Ágio (goodwill)	176.358	-	176.358	176.358	-	176.358
<b>Total</b>	<b>253.154</b>	<b>(37.869)</b>	<b>215.285</b>	<b>294.184</b>	<b>(41.030)</b>	<b>253.154</b>

**(c) Branes Negócios e Serviços S.A.**

A Branes Negócios e Serviços S.A. (anteriormente denominada M.G.H.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.) é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo. Tem por objeto atuar no mercado de serviços de processamento de crédito (*Business Process Outsourcing* – BPO) e outros serviços complementares ao setor financeiro e centro de suporte a clientes. Em 31 de dezembro de 2013 a empresa encontrava-se em fase pré-operacional.

**(d) Fundo de Investimento em Participações CAIXA Veneza**

O Fundo de Investimento em Participações CAIXA Veneza é constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a, no mínimo, dois investidores qualificados. Seu prazo de duração é de dez anos, contados da data de início do fundo, exceto se houver prorrogação do prazo. O Fundo é administrado e sua carteira de investimentos é gerida pela Caixa Econômica Federal.

O objetivo do FIP CAIXA Veneza é proporcionar aos seus cotistas a melhor valorização possível de suas cotas, mediante o direcionamento de seus investimentos para aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão de uma ou mais companhias alvo, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de seus administradores.

O fundo possui recursos aplicados em sociedade anônima fechada, cujas ações não possuem cotação em mercado e possui, também, recursos aplicados em operações compromissadas, que se referem à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras de mercado. As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago a atualizado diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

Em 27 de junho de 2013 a Companhia realizou aporte no Fundo de Investimento em Participações CAIXA Veneza no valor de R\$ 486.

**(e) Habitar Negócios e Serviços S.A.**

A Habitar Negócios e Serviços S.A. (anteriormente denominada M.R.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.) é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, local onde funcionará seu escritório administrativo.

Tem por objetivo atuar no mercado imobiliário, na originação de negócios imobiliários, na gestão de redes de intermediação imobiliária e soluções de internet, na gestão de um portal web de negócios, e na prestação de serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado.

Em 31 de dezembro de 2013 a empresa encontrava-se em fase pré-operacional, com estudos sendo desenvolvidos para a atualização de seu plano de negócios.

**(f) Fundo de Investimento em Participações CAIXA Amsterdam**

O Fundo de Investimento em Participações CAIXA Amsterdam é constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a, no mínimo, três investidores qualificados. Seu prazo de duração é de dez anos, contados da data de início do fundo, exceto se houver prorrogação do prazo. O Fundo é administrado e sua carteira de investimentos é gerida pela Caixa Econômica Federal.

O objetivo do FIP CAIXA Amsterdam é proporcionar aos seus cotistas a melhor valorização possível de suas cotas, mediante o direcionamento de seus investimentos para aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão de uma ou mais companhias alvo, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de seus administradores.

O fundo possui recursos aplicados em sociedade anônima fechada, cujas ações não possuem cotação em mercado e possui, também, recursos aplicados em operações compromissadas, que se referem à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras de mercado. As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago a atualizado diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

Em 2013 a Companhia efetuou aporte no FIP CAIXA Amsterdam no montante de R\$ 270 (R\$ 133 em 07 de fevereiro de 2013 e R\$ 137 em 31 de julho de 2013).



**(g) Capgemini**

A Capgemini é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como atividades principais o desenvolvimento, implementação, comercialização de sistemas, a prestação de serviços e assistência técnica a terceiros na área de informática, bem como a industrialização, importação, comercialização, locação, instalação e manutenção de equipamentos de processamento eletrônico de dados.

Em 29 de abril de 2013 a CAIXAPAR aportou R\$ 12.527 na Capgemini para manutenção de sua participação acionária em função da entrada do novo sócio EMC na empresa.

A movimentação dos ativos intangíveis, identificados na combinação de negócios da Capgemini, segue abaixo:

Descrição	2013			2012		
	Saldo inicial	Amortização	Saldo final	Saldo inicial	Amortização	Saldo final
<b>Intangíveis e Goodwill</b>						
Marcas	155.321	(16.349)	138.972	163.496	(8.175)	155.321
Contratos	25.583	(2.693)	22.890	26.929	(1.346)	25.583
Ágio (goodwill)	79.281	-	79.281	79.281	-	79.281
<b>Total</b>	<b>260.185</b>	<b>(19.042)</b>	<b>241.143</b>	<b>269.706</b>	<b>(9.521)</b>	<b>260.185</b>

**(h) Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores**

A Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A. tem por objeto social a prestação de serviços em território nacional de orientação financeira, assistência e assessoramento a pequenos e micro empreendedores, a micro e pequenas empresas e outras organizações.

Sua operação iniciou-se no dia 27 de fevereiro de 2013, com a primeira orientação financeira realizada pela sua filial de Fortaleza – CE. No final de 2013 a empresa já atuava em 16 Estados (31 cidades) com a expansão das suas atividades em curso.

Em 2013 a Companhia investiu R\$ 16 milhões (integralização de R\$ 3,4 milhões em 17 de janeiro de 2013, aporte de R\$ 3,1 milhões em 28 de junho de 2013, aporte de R\$ 2,5 milhões em 05 de setembro de 2013, de R\$ 3,5 milhões em 01 de novembro e de 3,5 milhões em 27 de dezembro de 2013) na empresa para fazer frente às necessidades de investimentos e despesas decorrentes do seu início de atividades.

**(i) Caixa Seguros Holding S.A e Caixa Seguros Participações Ltda**

A Caixa Seguros Holding S.A. (Holding de Controle) é controladora integral da Caixa Consórcios Administradora de Consórcios S.A., da Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A., da Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda e da Caixa Seguros Participações do Sul Ltda.. A Caixa Seguros Participações controla integralmente a Caixa Vida & Previdência S.A. e a Caixa Seguradora S.A. e controla com 51% do capital social total a Caixa Capitalização S.A. A Caixa Seguros participações do Sul controla com 70% de participação a Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A (Previsul).

O grupo tem por objetivo oferecer os mais diversos produtos e serviços do mercado segurador para as famílias brasileiras. São mais de 25 produtos no portfólio destinados a atender às necessidades dos mais variados perfis de clientes em todas as classes sociais.

No primeiro semestre de 2013 a CAIXA Seguros Holding realizou uma cisão parcial de seus ativos através da transferência da participação detida na PAR Holding Corporativa S.A para CSP Participações Ltda. Dessa forma, a CAIXAPAR, detentora de 48,21% da Holding, passou a ter participação no mesmo percentual na CSP.

Então, em março de 2013, foi assinado contrato para a aquisição de 70% das ações da Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul, pela sociedade Caixa Seguros Participações do Sul Ltda., subsidiária desta Companhia. Esta aquisição faz parte de um objetivo específico de crescimento na região Sul, com um mercado de 24 milhões de pessoas e uma grande tendência a consumir marcas de identidade regional.

Adicionalmente, ao final do segundo semestre de 2013, a Companhia assinou contrato com a Tempo Participações S.A., para aquisição de 100% das ações da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda., estando esta transação sujeita a aprovação do CADE e ANS.

#### (j) Elo Serviços S.A

A Elo Serviços S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como acionistas controladores a Elo Participações S.A. (66,67%) e a Caixa Participações S.A. (33,33%) sendo constituída com o objetivo de prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamento em geral, inclusive através de meios eletrônicos, a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista, e o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Companhia ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes por terceiros à Companhia.

Em 9 de outubro de 2013, foi editada a Lei Federal nº 12.865/13 que incluiu os arranjos e as instituições de pagamento no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), e atribuiu competência para que, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, o BACEN passe a regular as referidas atividades. Ato contínuo, em 4 de novembro de 2013, o Conselho Monetário Nacional exarou as Resoluções nº 4.282 e 4.283 que estabeleceram as diretrizes que devem ser observadas pelo BACEN, e este publicou as Circulares sob nº 3.680, 3.681, 3.682, 3.683 que passam a regular as atividades dos arranjos e as instituições de pagamento, no prazo de 180 dias após a data de sua publicação. A Administração da Elo Serviços S.A está avaliando os termos, requisitos, possíveis impactos e eventuais adequações oriundos da recente regulamentação, visando estar em plena conformidade com o conjunto normativo, no início de sua vigência.

#### (k) Cibrasec

A Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização tem como principais objetivos sociais: (a) a securitização de financiamentos imobiliários e de créditos oriundos de operações imobiliárias; (b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias; e (c) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs. Suportado pelos instrumentos de governança corporativa instituídos para a Companhia, não é identificada a figura de instituição controladora dentre seus acionistas.

## Nota – 8 Tributos diferidos

Os valores dos tributos diferidos demonstrados no quadro abaixo decorrem das diferenças temporárias originadas de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários cuja realização ocorrerá em caso de alienação desses instrumentos.

Descrição	2013	2012
Provisão IRPJ/CSLL diferidos	161.719	111.457
Provisão PASEP/COFINS diferidos	48.482	33.414
<b>Total de tributos diferidos</b>	<b>210.201</b>	<b>144.871</b>

A variação dos tributos diferidos entre o ano de 2013 e 2012 resulta no valor de R\$ 65.330, conforme demonstração do resultado abrangente.

## Nota - 9 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 3.219.335 representado por 2.500.000, ações ordinárias, sem valor nominal, subscrito, integralmente pela CAIXA, atendendo o art. 80, III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Descrição	2013	2012
<b>Capital Social</b>	<b>3.219.335</b>	<b>3.210.853</b>
Capital autorizado	4.000.000	4.000.000
Capital a realizar	(780.665)	(789.147)

**(b) Reservas de lucros**

As reservas de lucros são constituídas pela reserva legal e reserva estatutária, conforme a seguir:

Descrição	2013	2012
<b>Reservas</b>	<b>907.718</b>	<b>469.153</b>
Reservas de capital	167	-
Reservas de lucros	907.551	469.153
Reserva legal	102.717	73.414
Reserva de margem operacional (i)	804.834	395.739

(i) A reserva de margem operacional tem como finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia, somente podendo ser utilizadas para: (a) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (b) resgate, reembolso ou compra de ações; (c) resgate de partes beneficiárias; (d) incorporação ao capital; (e) pagamento de dividendos.

**(c) Dividendos**

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o estatuto, de no mínimo 25%, perfazendo em 2013 o valor de R\$ 139.192 (2012 – R\$ 94.299).

Base de cálculo dos dividendos obrigatórios de 2013:

Descrição	2013	2012
<b>Lucro Líquido no exercício</b>	<b>592.722</b>	<b>397.196</b>
Reserva Legal	(29.304)	(19.860)
Ajustes de exercícios anteriores*	(6.650)	(141)
Base de cálculo dos dividendos	556.768	377.195
Dividendos propostos	139.192	94.299

Os valores de ajustes de avaliação patrimonial efetuados em 2013 se referem a um ajuste reflexo originado no Banco PAN o qual contabilizou um ajuste no valor de R\$ 6.444 referente ao exercício de 2011 quando deixou de eliminar lucro não realizado entre companhias e a um ajuste reflexo na Capgemini referente à atualização monetária de créditos tributários no valor de R\$ 205, decorrente da diferença entre o crédito tributário registrado na Capgemini em 2010 e o valor atualizado monetariamente em dezembro de 2012, considerando a participação da CAIXAPAR de 22,05%. O ajuste demonstrado na base de cálculo de R\$ 141 se refere a ajuste em juros sobre Capital Próprio da investida CIBRASEC.

**(d) Ajustes de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial são representados pelo ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda de carteira própria e de coligadas e controladas, que líquido dos efeitos tributários perfaz R\$ 313.926 (2012 – R\$ 216.359) e R\$ -112.168 (2012 – R\$ 75.045), respectivamente.

Descrição	2013	2012
<b>Títulos disponíveis para venda - próprios</b>	<b>313.926</b>	<b>216.359</b>
CIELO	313.926	216.359
<b>Títulos disponíveis para venda - coligadas e controladas</b>	<b>(112.168)</b>	<b>75.045</b>
Caixa Seguros Holding S.A.	(105.480)	75.381
Cibrasec	6	29
Banco Pan S.A	(6.028)	(365)
Capgemini	(666)	-
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>201.758</b>	<b>291.404</b>

## Nota - 10 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

### (i) Apuração dos tributos

Descrição	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>	<b>609.656</b>	<b>609.656</b>	<b>418.764</b>	<b>418.764</b>
Encargo total do IRPJ (25%) e CSLL (9%)	(152.375)	(54.864)	(104.667)	(37.689)
Efeitos tributários das adições e exclusões	139.969	50.389	88.800	31.968
Despesa corrente	(12.406)	(4.475)	(15.867)	(5.720)
Ativo Fiscal Diferido	5	2	14	5
<b>Despesa total</b>	<b>(12.401)</b>	<b>(4.473)</b>	<b>(15.853)</b>	<b>(5.715)</b>

### (ii) Efeitos tributários das adições e exclusões

Descrição	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Acréscimo de PL em Sociedades Controladas e Coligadas	179.900	64.764	135.543	48.795
Despesas de AJ - Investimento em Coligadas e Controladas	(49.818)	(17.935)	(62.605)	(22.538)
Outras	9.887	3.559	15.862	5.711
<b>Despesa Total</b>	<b>139.969</b>	<b>50.389</b>	<b>88.800</b>	<b>31.968</b>

## Nota - 11 Despesas gerais e administrativas

Descrição	2013	2012
<b>Proventos</b>	<b>3.026</b>	<b>2.789</b>
Salários e benefícios	3.026	2.789
<b>Encargos sociais:</b>	<b>1.156</b>	<b>924</b>
FGTS	226	180
Previdência social	674	545
Previdência complementar	186	145
Outros encargos sociais	70	54
<b>Outros - Honorários</b>	<b>1.764</b>	<b>1.839</b>
Despesas com manutenção, conservação de bens, viagens e aluguel	408	488
Despesas com serviços técnicos especializados	1213	5760
Diversas (água, energia, assinaturas e outras)	593	589
<b>Outras despesas administrativas</b>	<b>2.214</b>	<b>6.837</b>
<b>Total de despesas gerais e administrativas</b>	<b>8.160</b>	<b>12.389</b>

As despesas com serviços técnicos especializados se referem a contratação de consultorias especializadas em subsidiar avaliações de investimentos.

## Nota - 12 Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	2013	2012
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>19.485</b>	<b>16.036</b>
Receita de instrumentos financeiros	19.199	16.020
Receitas operacionais diversas	286	16
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>4.559</b>	<b>6.091</b>
Despesas de contribuição ao COFINS	2.989	4.248
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	649	921
Despesas de compartilhamento de serviços	921	922

A Companhia compartilha com sua Controladora (CAIXA) alguns serviços necessários ao exercício de sua atividade fim, entre os quais destacamos as atividades de auditoria, controladoria, assessoria jurídicos e de ouvidoria. As despesas referentes a esses serviços são contabilizadas na rubrica “Despesas de compartilhamento de serviços”.

## Nota - 13 Resultado financeiro

Descrição	2013	2012
<b>Receitas de aplicações financeiras</b>	<b>25.859</b>	<b>29.219</b>
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	10.043	28.181
Rendas de Aplicações em TVM	15.816	1.038
<b>Despesas com atualização monetária de dividendos</b>	<b>(3.046)</b>	<b>(3.062)</b>

O resultado financeiro em 2013 foi de R\$ 22.813 (2012 – R\$ 26.157)

## Nota - 14 Partes relacionadas

### (a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor) são apresentados como segue:

Descrição	2013	2012
Benefícios de curto prazo	1.715	1.794
Proventos	1.247	1.205
Encargos Sociais	468	589

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

Descrição	2013		2012	
	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$
Salário				
Maior Salário	35.775	20.361	33.564	18.852
Salário Médio	32.197	11.134	28.428	11.364
Menor Salário	30.409	6.406	23.292	3.875

A Companhia não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da Companhia, cedidos por sua controladora.

### (b) Principais transações com partes relacionadas

As operações com a CAIXA e Grupo Caixa Seguros são realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica:

Descrição	2013	2012
<b>ATIVOS</b>		
Equivalentes de caixa - Caixa Econômica Federal	370.196	199.540
Valores a receber - Investidas	160.865	140.337
<b>TOTAL</b>	<b>531.061</b>	<b>339.877</b>
<b>PASSIVOS</b>	<b>139.192</b>	<b>94.299</b>
Dividendos propostos - Caixa Econômica Federal	139.192	94.299
<b>RECEITAS</b>	<b>25.858</b>	<b>29.219</b>
Receitas de aplicações financeiras - Caixa Econômica Federal	25.858	29.219
<b>DESPESAS</b>	<b>(3.046)</b>	<b>(3.062)</b>
Despesas Financeiras - Caixa Econômica Federal	(3.046)	(3.062)
<b>OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(921)</b>	<b>(921)</b>
Serviços compartilhados - Caixa Econômica Federal	(921)	(922)

## Nota - 15 Gerenciamento de risco

O risco de crédito decorre de impactos negativos potenciais no fluxo de recebimentos esperado em decorrência da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações de crédito. A exposição a risco de crédito, pela Companhia, é residual, uma vez que a única fonte dessa categoria de risco são os recursos em tesouraria no montante de R\$ 84.760, que estão alocados em operações compromissadas (portanto lastreadas em títulos públicos federais - TPF) e R\$ 285.434 aplicados em Certificados de Depósitos Bancários – CDB de Instituições Financeiras de primeira linha, no caso a Controladora CAIXA.

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de descumprimento de obrigações contratuais nas datas previstas, bem como na realização de seu fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez no mercado. Para mitigar esse risco, a Companhia faz o planejamento anual e o acompanhamento de seu fluxo de caixa.

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de mudanças no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda. A exposição a risco de mercado se materializa a partir da posição, no montante de R\$588.940, referente a ações de companhia aberta. A Companhia está sujeita a política de gerenciamento de riscos do conglomerado CAIXA. Em suas posições, as exposições mais relevantes são aquelas relacionadas aos riscos de mercado e risco de liquidez.

Considerando o contexto operacional e perfil de atuação da Companhia, não existe exposição relevante a riscos ou gestão ativa das exposições diretas aos riscos de crédito, mercado e liquidez. Tais riscos, juntamente com o risco operacional, são geridos no âmbito do conglomerado, pela unidade responsável pelo gerenciamento dos respectivos riscos na CAIXA.

## **Nota 16 – Outras Informações**

### **Medida Provisória nº 627**

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, que, dentre outras providências:

- Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;
- Revoga o Regime Tributário de Transição;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A MP 627 ainda não foi convertida em lei, o que é necessário para uma análise conclusiva acerca dos temas nela tratados. Não obstante, considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem destacados.

Carlos Magno Gonçalves da Cruz  
Diretor - Geral

Demosthenes Marques  
Diretor Executivo

Oswaldo Serrano de Oliveira  
Diretor Executivo

Fernanda Oliveira de Souza Soares  
Contadora CRC 11.025/O-7 - DF